

ESTUDO TÉCNICO

Brasília, 18 de outubro de 2018.

Área: Consórcios Públicos

Título: Mapeamento dos consórcios públicos brasileiros

Referências: Lei 11.107/2005

Decreto 6.017/2007

Palavras-chave: Consórcios públicos; mapeamento; estudo técnico.

Autora: Joanni Aparecida Henrichs

1 INTRODUÇÃO

O consórcio público se caracteriza por ser uma pessoa jurídica, constituída como associação pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, formada exclusivamente por Entes da Federação e que, para sua constituição e atuação, deve atender às exigências da Lei 11.107/2005 e do Decreto 6.017/2007.

Tem por objetivo estabelecer relações de cooperação federativa para a gestão associada de serviços públicos de interesse comum que dificilmente se resolveriam individualmente ou, então, otimizar as ações com a junção de esforços e recursos.

Por se tratar de uma alternativa flexível de gestão, é considerado uma importante estratégia para o desenvolvimento não apenas dos Municípios envolvidos, mas de todo o entorno regional, oportunizando planejamento, implementação e gestão compartilhada de políticas públicas.

2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Para alcançar êxito no propósito de planejar e/ou implementar determinada ação em conjunto, é necessário que o consórcio público seja bem estruturado desde a sua

constituição e que sua atuação seja avaliada constantemente para aprimorar sua eficiência e atender aos princípios da administração pública.

Além do necessário planejamento técnico e financeiro, por meio de prévios estudos de viabilidade para verificar se o objetivo do consórcio pode ser executado tecnicamente (e de qual forma) e se há condições financeiras e orçamentárias, outra maneira eficaz de estruturação adequada é conhecer experiências já em curso para verificar qual o caminho percorrido, o que funcionou ou não, quais as dificuldades e os meios encontrados para contorná-las.

Entretanto, a proporção continental do Brasil e a ausência de uma base que reúna, em tempo real, as informações sobre os consórcios públicos existentes no país dificultam esse desejável intercâmbio.

De outro lado, acompanhar o comportamento da constituição e da manutenção de consórcios públicos, bem como identificar suas áreas de atuação, dentre outras particularidades, é essencial para o planejamento e direcionamento de recursos, programas e políticas públicas estruturadas no âmbito federal e estadual.

Diante desses dois fatores – **ausência de uma fonte que reúna, sistematize e mantenha atualizada as informações a respeito de consórcios públicos no país e a necessidade de monitoramento para direcionamento estrutural de recursos, programas e políticas públicas** – é que a CNM se propôs a realizar o presente estudo.

3 OBJETIVO

Identificar os consórcios públicos existentes no Brasil e buscar suas informações básicas de constituição e formação. A partir disso, elaborar mapeamento que subsidiará a posterior estruturação de uma plataforma *on-line* na qual se pretende reunir esses dados, mediante constante atualização, a fim de que seja possível refinar outros estudos focais.

4 ETAPAS E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A pesquisa teve início em 2015, e a **primeira etapa** se destinou ao cruzamento de informações para alcançar os nomes dos consórcios públicos constituídos no país. Para

isso, realizou-se busca no cadastro de CNPJ da Receita Federal, no cadastro publicado no Observatório de Consórcios Públicos e Federalismo (OCPF – www.ocpf.org.br) e outras fontes, contabilizando mais de 1.700 registros.

A **segunda etapa**, realizada entre 2016 e 2017, consistiu, no primeiro momento, na varredura e na limpeza dos registros, excluindo informações duplicadas e instituições não entendidas como consórcios públicos. Posteriormente, foi realizado o contato direto com todos os Municípios e com os consórcios identificados para validar os dados até então apurados. Ato contínuo, houve a aplicação, via *call center*, de questionário estruturado junto aos 775 possíveis consórcios públicos identificados visando extrair as seguintes informações:

Dados básicos:

- a) Nome e sigla do consórcio
- b) Data da constituição
- c) CNPJ
- d) Endereço da sede
- e) Telefone para contato
- f) *E-mail*
- g) *Síte* do consórcio
- h) Número de Municípios consorciados
 - h.1) Nome dos Municípios consorciados
- i) Nome do presidente atual
- j) Nome do secretário-executivo
- k) Área(s) de atuação

Em relação à sua constituição:

- 1) Se o consórcio é regido pela Lei 11.107/2005, que “*dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos*”
- 2) Se o consórcio é público ou privado
- 3) Se o consórcio tem a coparticipação de uma associação microrregional e/ou do governo estadual

Em relação ao controle:

- 1) Se há e como é realizado o controle interno
- 2) Se o controle externo exercido por órgãos oficiais
- 3) Se há e qual controle social é o mais praticado no consórcio

Em relação ao quadro de pessoal:

- 1) Se é realizado concurso para ingresso de servidores/colaboradores
- 2) Qual o regime de contratação

Em relação à estrutura física:

- 1) Se a sede do consórcio é própria, alugada ou cedida
- 2) Se alugada ou cedida, está sendo construída uma sede própria
- 3) Quais veículos/equipamentos do consórcio

Em relação à autonomia financeira:

- 1) Qual(i)s a(s) fonte(s) de recursos financeiros do consórcio.

No segundo semestre de 2017, foi realizada a **terceira etapa**, consistindo em nova triagem dos dados que possibilitou identificar que 70 entidades apuradas na segunda etapa **não eram consórcios públicos**, mas sim associações de Municípios ou associações privadas.

O retorno dos registros da etapa dois, por meio da pesquisa aplicada via *call center*, mostrou-se ainda inconsistente e fragilizado diante do desencontro de informações. Em vista disso, no período compreendido entre o final do segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018, uma **quarta etapa** foi implementada e equivale a uma busca singularizada via internet (*sites* dos próprios consórcios, *sites* dos Municípios, diários oficiais, dentre outros) das informações contempladas no questionário supracitado. Nessa oportunidade também foram identificadas outras entidades que não eram consórcio ou eram, mas estavam duplicadas ou já extintas. Após esse refinamento, chegou-se ao número de **491** consórcios públicos.

Paralelo a esta etapa, foi elaborado guia do estudo para relacionar quais as informações poderiam ser extraídas do mapeamento e possíveis cruzamentos de dados.

De junho a setembro de 2018, efetivou-se a **quinta etapa**, a qual compreendeu a extração e o cruzamento das informações, a elaboração dos gráficos e a redação do presente relatório.

A CNM também encaminhou ofício a todos os Tribunais de Contas estaduais para que informassem quais consórcios públicos estavam registrados em seus sistemas, visto que a lei impõe o dever de prestação de contas a esses órgãos de controle externo. Entretanto, o retorno só aconteceu após o encerramento da pesquisa, motivo pelo qual num segundo momento o estudo será complementado.

5 LIMITAÇÕES E DELIMITAÇÃO DO LEVANTAMENTO

O levantamento das informações encontrou as seguintes dificuldades:

- (a) ausência de um banco de dados oficial único com a relação dos nomes e CNPJ dos consórcios públicos existentes;
- (b) necessidade de realizar o cruzamento de diversas fontes oficiais e extraoficiais que possuíam conteúdos não padronizados e informações conflitantes;
- (c) recusa por parte de alguns gestores em responder à pesquisa via *call center*;
- (d) solicitação de envio do questionário por *e-mail*, mas ausência de retorno por essa via;
- (e) dificuldade de contatar com uma única pessoa detentora de toda a informação;
- (f) imprecisão da informação, sem que houvesse alguém capaz de elucidá-la com certeza;
- (g) respostas incompletas;
- (h) ausência de *site* do consórcio público ou *sites* com informações precárias.

Esses aspectos limitadores, todos de alguma maneira interligados com a falta ou a parcialidade da transparência, influenciaram o tempo de pesquisa e também o resultado do levantamento. Assim, os dados apresentados representam o que foi informado pelas pessoas vinculadas aos consórcios que se dispuseram a responder o questionário e/ou informações disponíveis nos *sites* dos consórcios públicos. Entretanto, se ressalta que **não estão isentos de imprecisão**.

Por outro lado, a pesquisa possui delimitação temporal, já que o levantamento dos dados teve início em 2015 e foi concluída em 2017. Referida delimitação, naturalmente, impacta

nos dados apurados, pois no período considerado, e após ele até o momento, pode ter havido a criação ou a extinção de consórcios públicos, bem como a adesão ou a retirada de Entes consorciados e alteração da área de atuação.

Diante do exposto, não obstante o esforço em buscar alcançar informações com precisão, é necessário considerar que o número de consórcios aqui apontados não é taxativo, e as informações podem sofrer alterações.

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Informações gerais

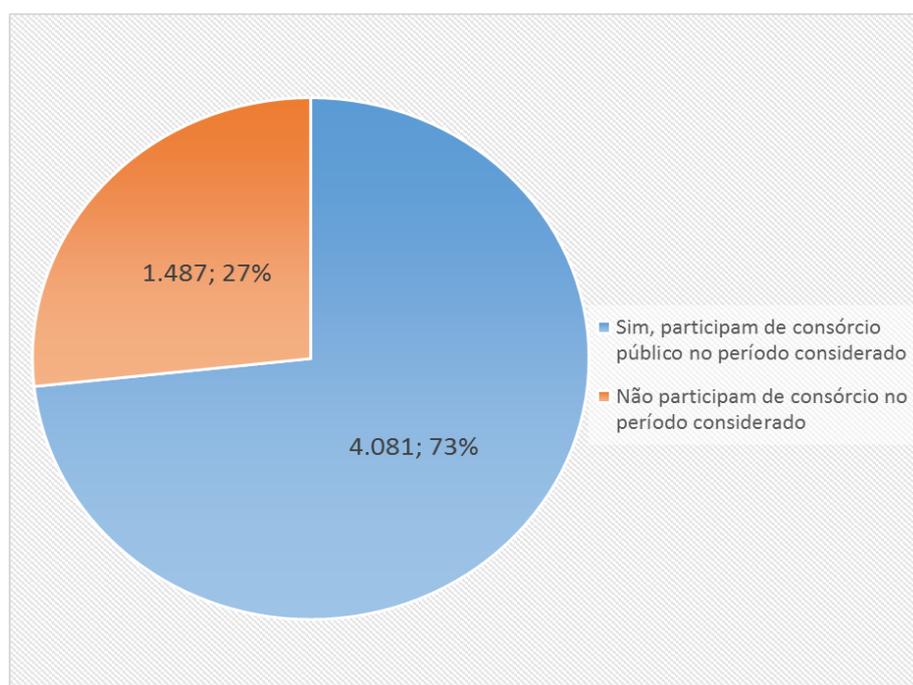
O presente mapeamento apontou **491 consórcios públicos** existentes no Brasil, sendo que, do total dos 5.568 Municípios brasileiros, identificou-se que **4.081** participam de pelo menos um consórcio, conforme ilustrado na **tabela 1** e no **gráfico 1**.

Tabela 1 – Quantidade de Municípios que participam de consórcio público no período considerado por região e Estado

| Região | UF | Não participa | Sim, participa | Total UF |
|----------|--------------|---------------|----------------|------------|
| Norte | AC | 21 | 1 | 22 |
| | PA | 86 | 58 | 144 |
| | RO | 2 | 50 | 52 |
| | TO | 96 | 43 | 139 |
| | AM | 62 | 0 | 62 |
| | RR | 15 | 0 | 15 |
| | AP | 16 | 0 | 16 |
| | Total | 298 | 152 | 450 |
| Nordeste | AL | 12 | 90 | 102 |
| | BA | 140 | 277 | 417 |
| | CE | 78 | 106 | 184 |
| | MA | 160 | 57 | 217 |
| | PB | 122 | 101 | 223 |
| | PE | 32 | 152 | 184 |
| | RN | 27 | 140 | 167 |

| Região | UF | Não participa | Sim, participa | Total UF |
|---------------------|--------------|---------------|----------------|--------------|
| | SE | 55 | 20 | 75 |
| | PI | 224 | 0 | 224 |
| | Total | 850 | 943 | 1.793 |
| Sudeste | ES | 4 | 74 | 78 |
| | MG | 16 | 837 | 853 |
| | RJ | 11 | 81 | 92 |
| | SP | 116 | 529 | 645 |
| | Total | 147 | 1.521 | 1.668 |
| Sul | PR | 1 | 398 | 399 |
| | RS | 71 | 426 | 497 |
| | SC | 2 | 293 | 295 |
| | Total | 74 | 1.117 | 1.191 |
| Centro-Oeste | GO | 90 | 156 | 246 |
| | MT | 1 | 140 | 141 |
| | MS | 27 | 52 | 79 |
| | Total | 118 | 348 | 466 |
| Total | | 1.487 | 4.081 | 5.568 |

Gráfico 1 – Quantidade e percentual de Municípios com participação em consórcio público



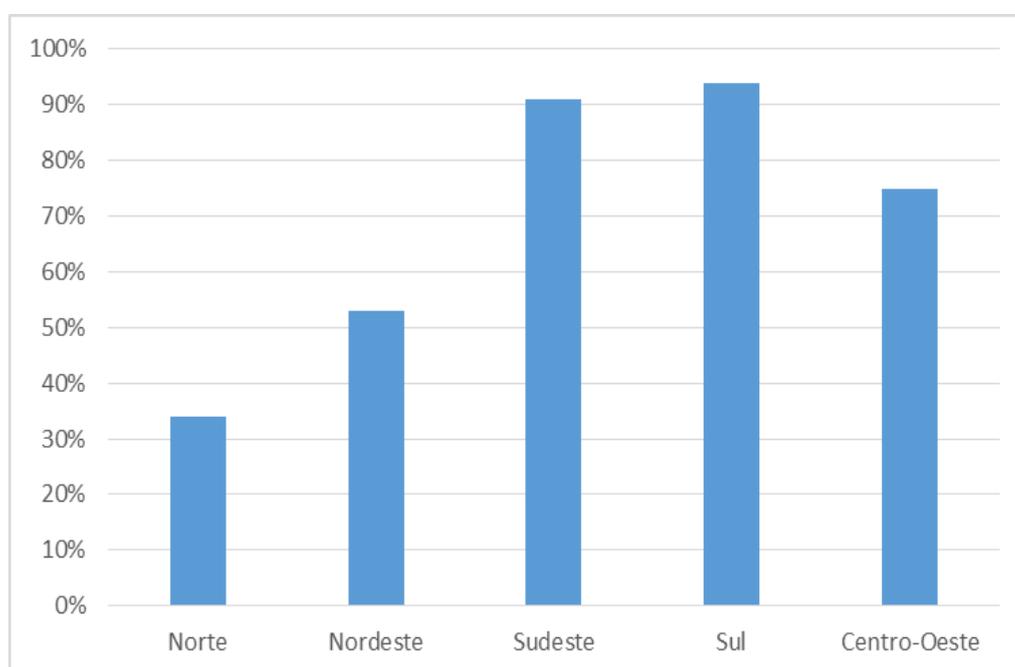
Tomando em conta a distribuição por **região**, resguardada a proporção dos Municípios situados em cada uma, conforme apontado na tabela 1, verifica-se na **tabela 2** que a região **Sul** é a que possui o maior número de Municípios que participam de algum consórcio (94%), seguida das regiões **Sudeste** (91%), **Centro-Oeste** (75%) e **Nordeste** (53%), sendo a região **Norte** a que possui o menor percentual (34%).

Tabela 2 – Percentual de Municípios que participam de consórcio público por Estado e região

| Região | Estado | Municípios que participam de consórcio | Total de Municípios do Estado | % Estado | % Região |
|-----------------|--------|--|-------------------------------|----------|------------|
| Norte | AC | 1 | 22 | 4,5% | 34% |
| | PA | 58 | 144 | 40,3% | |
| | RO | 50 | 52 | 96,2% | |
| | TO | 43 | 139 | 30,9% | |
| | AM | 0 | 62 | 0,0% | |
| | RR | 0 | 15 | 0,0% | |
| | AP | 0 | 16 | 0,0% | |
| Nordeste | AL | 90 | 102 | 88,2% | 53% |
| | BA | 277 | 417 | 66,4% | |
| | CE | 106 | 184 | 57,6% | |
| | MA | 57 | 217 | 26,3% | |
| | PB | 101 | 223 | 45,3% | |
| | PE | 152 | 184 | 82,6% | |
| | RN | 140 | 167 | 83,8% | |
| | SE | 20 | 75 | 26,7% | |
| | PI | 0 | 224 | 0,0% | |
| Sudeste | ES | 74 | 78 | 94,9% | 91% |
| | MG | 837 | 853 | 98,1% | |
| | RJ | 81 | 92 | 88,0% | |
| | SP | 529 | 645 | 82,0% | |
| Sul | PR | 398 | 399 | 99,7% | 94% |
| | RS | 426 | 497 | 85,7% | |

| | | | | | |
|---------------------|----|-----|-----|-------|------------|
| | SC | 293 | 295 | 99,3% | |
| Centro-Oeste | GO | 156 | 246 | 63,4% | 75% |
| | MT | 140 | 141 | 99,3% | |
| | MS | 52 | 79 | 65,8% | |

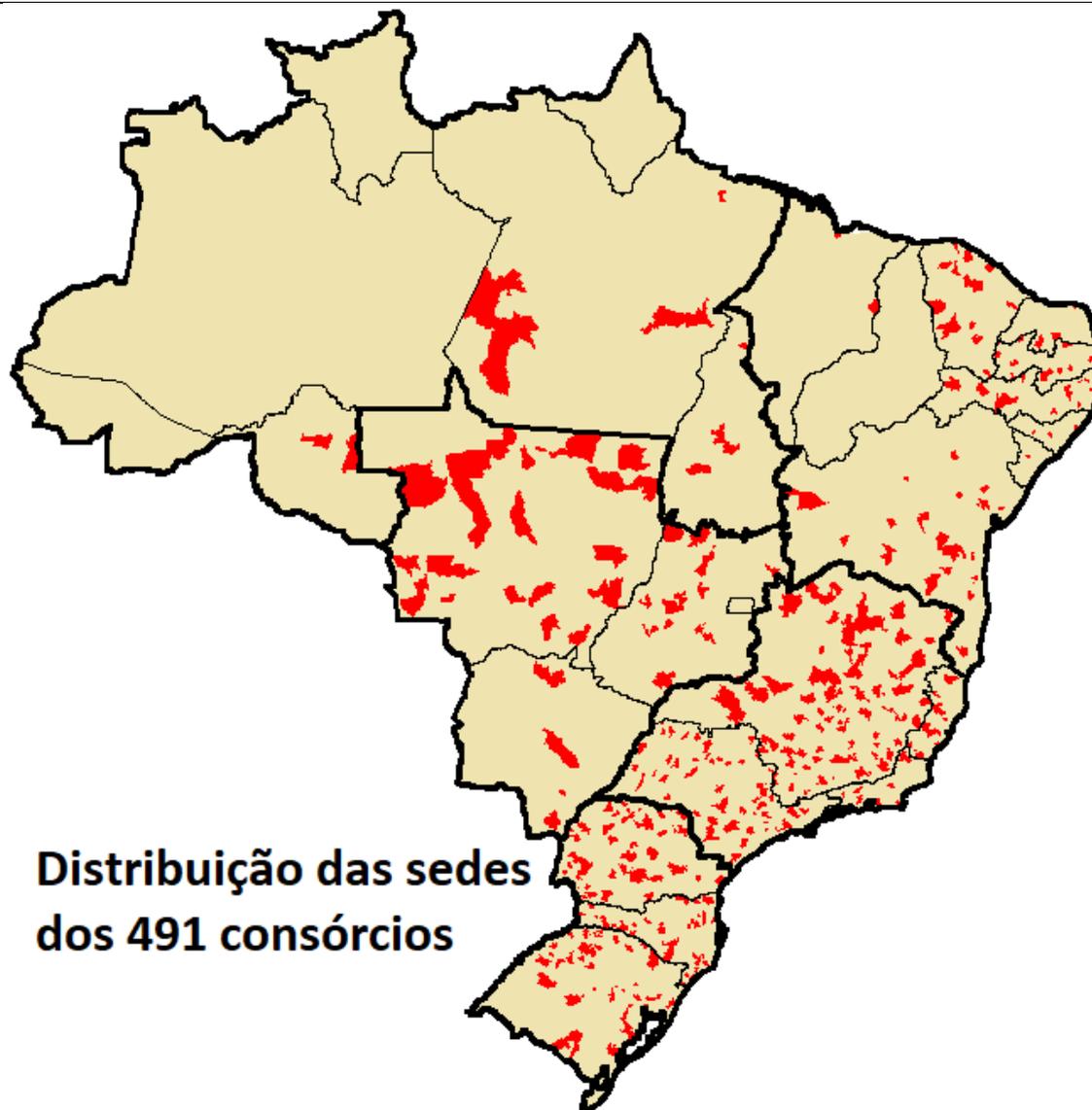
Gráfico 2 – Percentual de Municípios que participam de consórcio público considerado por região



Focando a análise a partir dos Estados individualmente, a **tabela 2** demonstra que **Paraná, Mato Grosso, Santa Catarina, Minas Gerais e Rondônia** são os que apresentam o maior número de Municípios consorciados, enquanto **Amazonas, Roraima, Amapá e Piauí** não possuem nenhum Município participando de consórcio público.

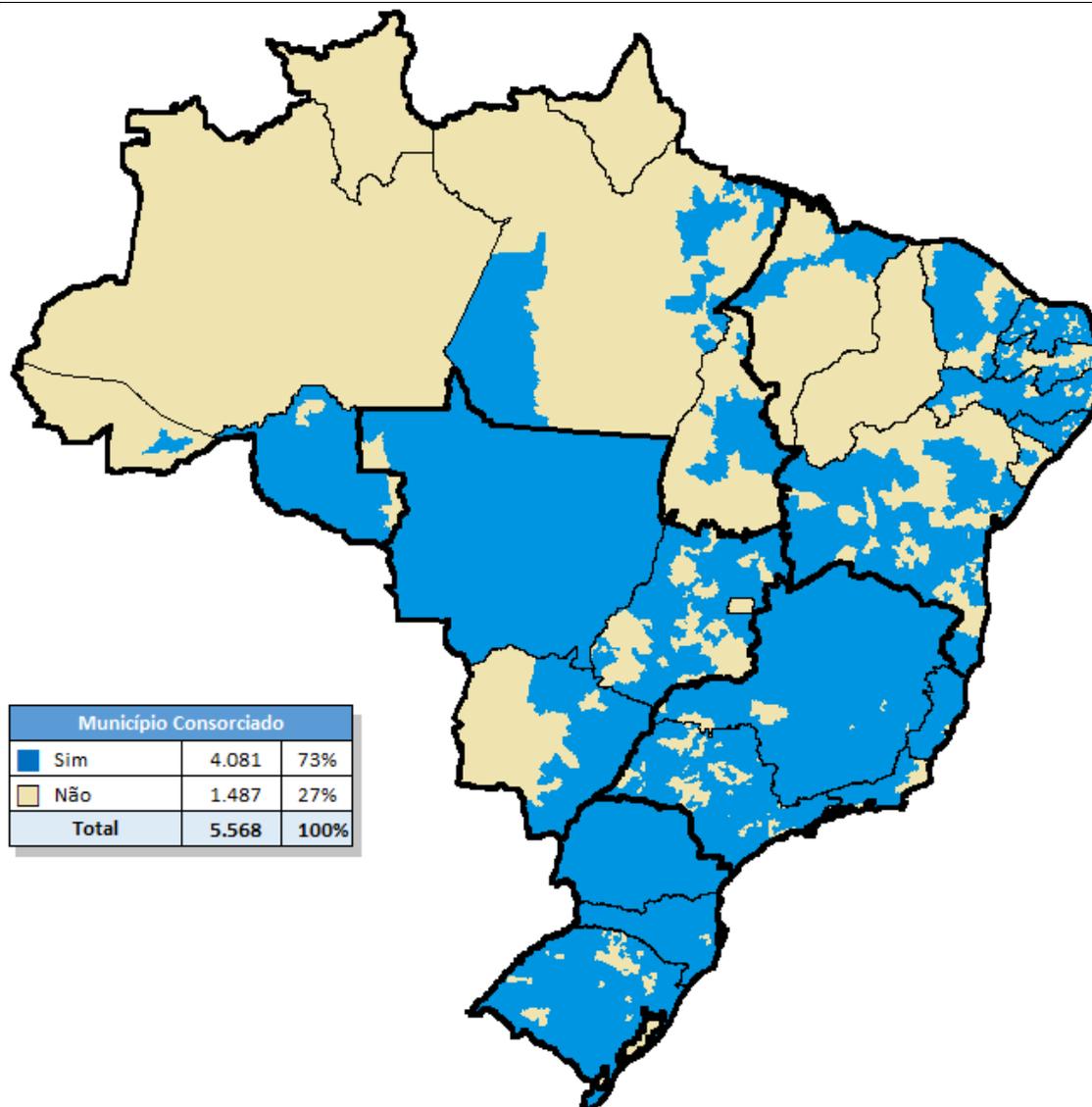
Para melhor visualização da distribuição geográfica dos consórcios, o mapa 1 apresenta os consórcios a partir do município-sede.

Mapa 1 - Sedes de Consórcios



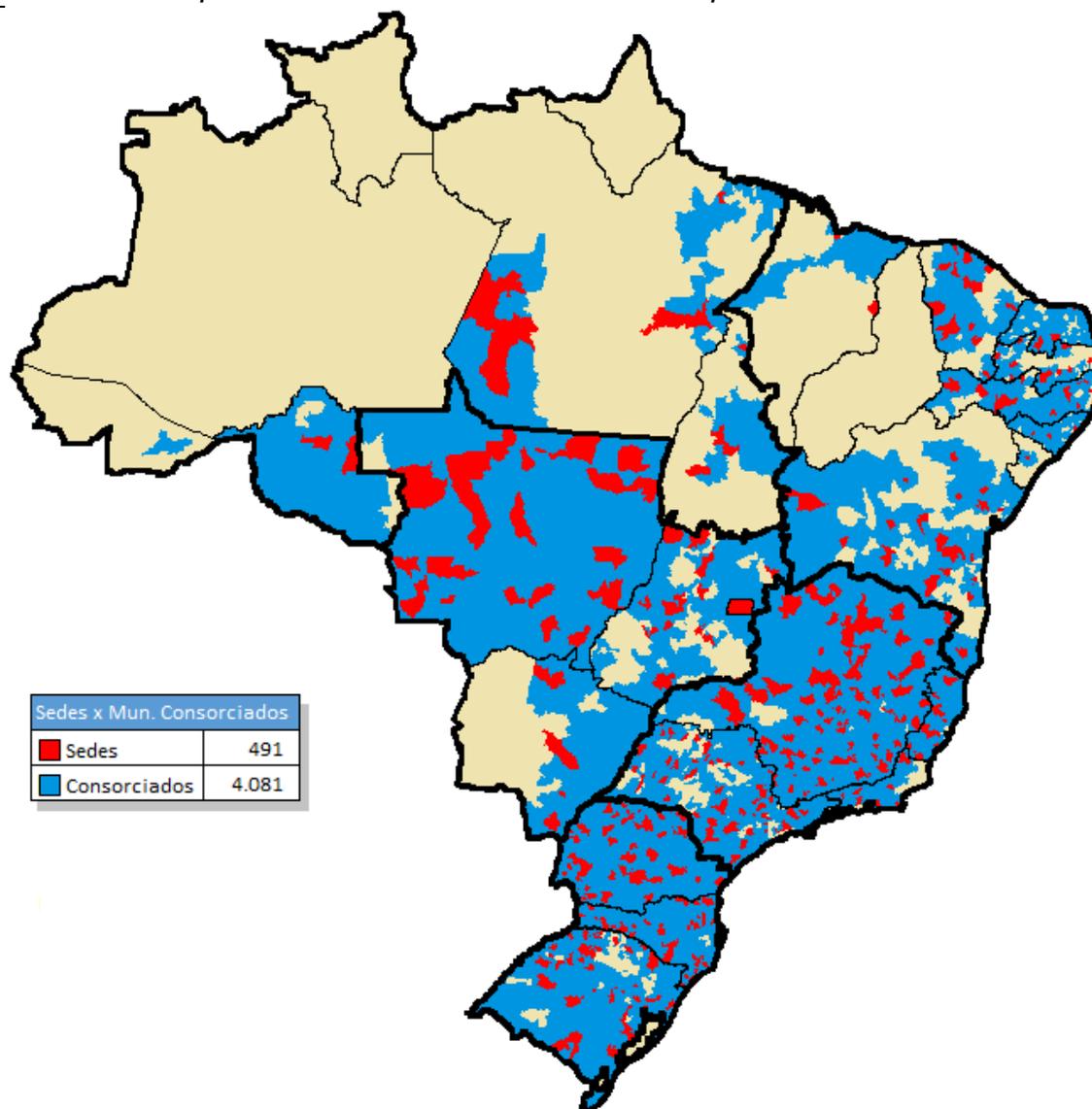
Já o mapa 2, em cor azul, apresenta a distribuição geográfica dos municípios que se declararam participar de algum consórcio.

Mapa 2 - Municípios consorciados x não consorciados



Já o mapa 3 reúne as informações dos dois mapas antecedentes para representar a distribuição geográfica dos consórcios conforme a sede (cor vermelha) e os municípios que se declararam consorciados (cor azul).

Mapa 3 – Sedes de consórcios x Municípios consorciados



No que concerne à **participação do Estado como Ente consorciado**, a pesquisa identificou apenas 10 consórcios em que este Ente federativo assinou e ratificou o protocolo de intenções, são eles: **Bahia** (1 consórcio – área de saúde), **Ceará** (8 consórcios – área de saúde) e **Espírito Santo** (1 consórcio – gestão de resíduos sólidos). De outro lado, não se identificou **nenhum** consórcio em que a **União** participe como Ente consorciado.

Esse reduzido número indica o baixo grau de comprometimento dos Estados (e até mesmo da União) em apoiar formalmente os Municípios, especialmente, no que diz respeito às políticas públicas que dependem da atuação concorrente dos Entes federativos.

Já no que se refere ao **porte dos Municípios consorciados**, a pesquisa evidenciou que os menores Municípios, historicamente ressentidos de receita, encontram na constituição de consórcios públicos uma alternativa para conseguir implementar determinadas políticas públicas estruturais, eis que, dos 4.081 Municípios que participam de algum consórcio, **3.599** são de pequeno porte, contrastando com os **425** de médio porte e os **57** de grande porte.

Tabela 3 – Porte populacional dos Municípios que participam de consórcio público

| Porte do Município | Faixa populacional | Quantidade |
|--------------------|--------------------------------|--------------|
| Pequeno | Abaixo de 50 mil habitantes | 3.599 |
| Médio | 50.000 a 299.999 habitantes | 425 |
| Grande | A partir de 300 mil habitantes | 57 |
| Total | | 4.081 |

O mapeamento identificou também que alguns Municípios participam de mais de um consórcio. A **tabela 4** traz o número de consórcios de que um mesmo Município participa e quantos Municípios se encontram em cada faixa.

Tabela 4 – Quantidade de Municípios que participam de mais de um consórcio público

| | Quantidade de Municípios |
|--------------------|--------------------------|
| Apenas 1 consórcio | 1.863 |
| Até 2 consórcios | 944 |
| Até 3 consórcios | 728 |
| Até 4 consórcios | 399 |
| Até 5 consórcios | 119 |
| Até 6 consórcios | 26 |
| Até 7 consórcios | 2 |
| Total | 4.081 |

Como se sabe, é possível que o consórcio público seja constituído entre Municípios situados em distintos Estados. Nesse aspecto, a pesquisa revelou **13 consórcios** nessa condição (**tabela 5**), o que traduz a importância da integração regional além das fronteiras

de um mesmo Estado, pois demonstra que a necessidade dos Municípios de atender às demandas e cumprir as responsabilidades extrapola a sua localização geográfica.

Tabela 5 – Consórcios que possuem Municípios situados em mais de um Estado

| UF Sede | Qtd UF | UF abrangidas |
|---------|--------|----------------------------|
| SC | 7 | AC, BA, PB, PR, RS, SC, SP |
| PR | 3 | PR, RS, SC |
| DF | 3 | DF, GO, MG |
| PR | 2 | PR, SC |
| GO | 2 | GO, MG |
| MG | 2 | MG, RJ |
| MT | 2 | MT, MG |
| PB | 2 | PB, RN |
| PR | 2 | PR, SC |
| PR | 2 | PR, SC |
| ES | 2 | ES, MG |
| RS | 2 | RS, SC |
| PR | 2 | PR, SC |

Ainda em relação às informações de caráter geral, a pesquisa apurou a extensão da área territorial abrangida por cada um dos consórcios identificados e o número populacional correspondente.

Nos termos do art. 4º, III, §1º, considera-se como área de atuação do consórcio público a que corresponde à soma dos territórios dos Entes consorciados. A partir disso, o consórcio com a menor área de abrangência possui **317,59m²**, integrado por 2 Municípios, cuja finalidade é a gestão de resíduos sólidos. Já o de maior área abrange **198.254,55m²**, é integrado por 397 Municípios e atua na área de saúde com foco na aquisição de medicamentos. Ambos consórcios estão situados no **Paraná**.

Já no que diz respeito às populações abrangidas – soma dos habitantes dos Municípios consorciados segundo estimativa populacional divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) –, a pesquisa retornou que o consórcio de **menor** expressão populacional está situado no **Rio Grande do Sul**, integrado por 2 Municípios,

totalizando **5.417 habitantes**. De outro lado, o consórcio com maior abrangência populacional alcança **15.213.126 habitantes**; embora sediado em **Santa Catarina**, é integrado por 296 Municípios distribuídos em 7 Estados (Acre, Bahia, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo). Tal dispersão se justifica na medida em que atua com o desenvolvimento de soluções tecnológicas, sendo, portanto, indiferente a proximidade territorial entre seus consorciados.

A discriminação completa desses dados será apresentada na futura plataforma *on-line*, cabendo a este relatório situar, por amostragem, os pontos extremos. Entretanto, é possível verificar que a relação entre extensão territorial da área de abrangência do consórcio não está, necessariamente, interligada com o volume populacional, eis que o consórcio 1, que apresentou a menor área territorial, acolhe 2 Municípios e contempla uma população superior ao do consórcio 3, que, por sua vez, apresentou a menor população. De igual modo, o consórcio 2, que detém a maior área de abrangência, possui menor volume populacional em comparação àquele que possui o maior número de habitantes abrangidos (consórcio 4), tal qual aponta a **tabela 6**.

Tabela 6 – Correlação entre área e população

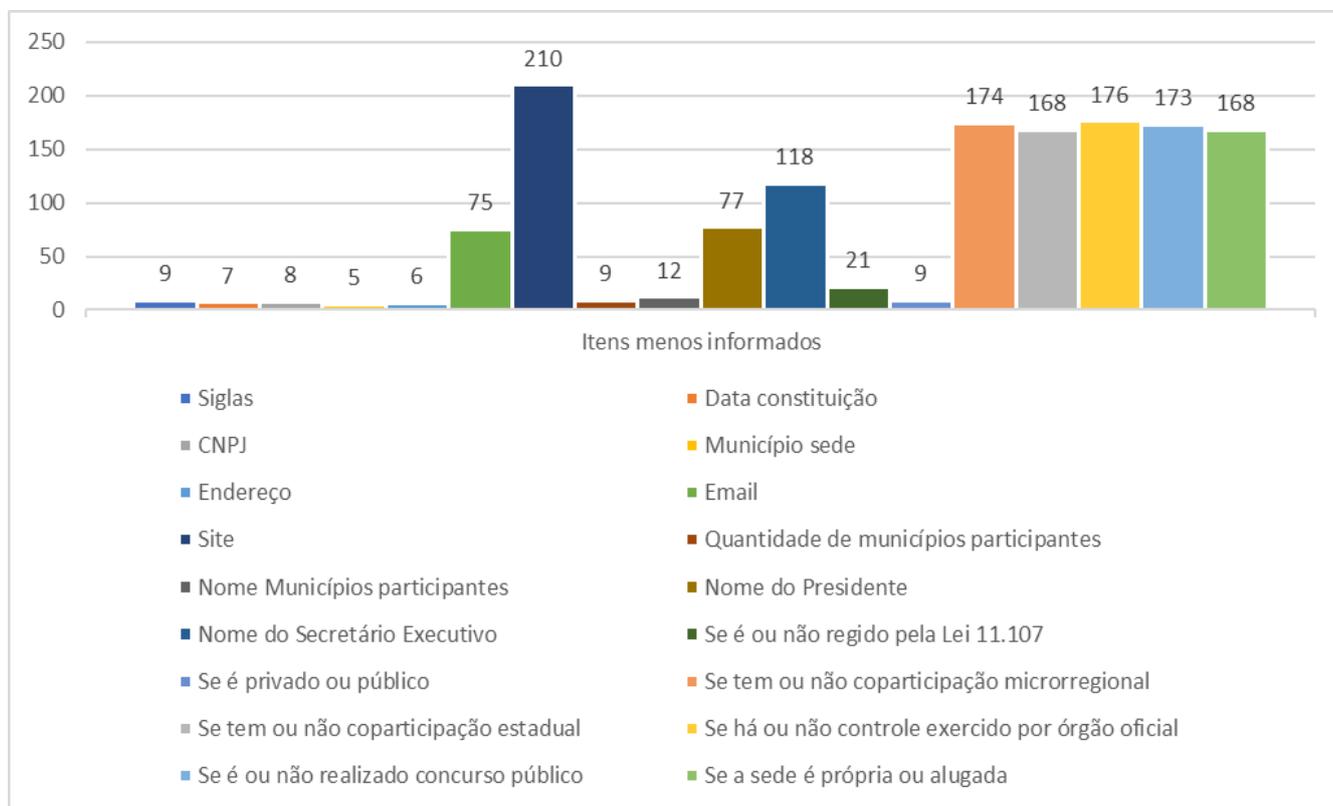
| | Área | Qtde. de Municípios | População |
|-------------|------------|---------------------|------------|
| Consórcio 1 | 317,59 | 2 | 58.843 |
| Consórcio 2 | 198.254,55 | 397 | 9.148.489 |
| Consórcio 3 | 1.267,56 | 2 | 5.417 |
| Consórcio 4 | 104.936,81 | 296 | 15.213.126 |

Em relação ao alcance das respostas

Dentre os itens do questionário estruturado aplicado, identificou-se que **a informação que retornou com menos resultados** foi a indicação do **site do consórcio**: são 210 consórcios sem esse registro. Em contrapartida, a informação que teve maior retorno foi o número de telefone (100%), seguida da indicação do Município-sede, pois apenas 5 consórcios não informaram esse quesito.

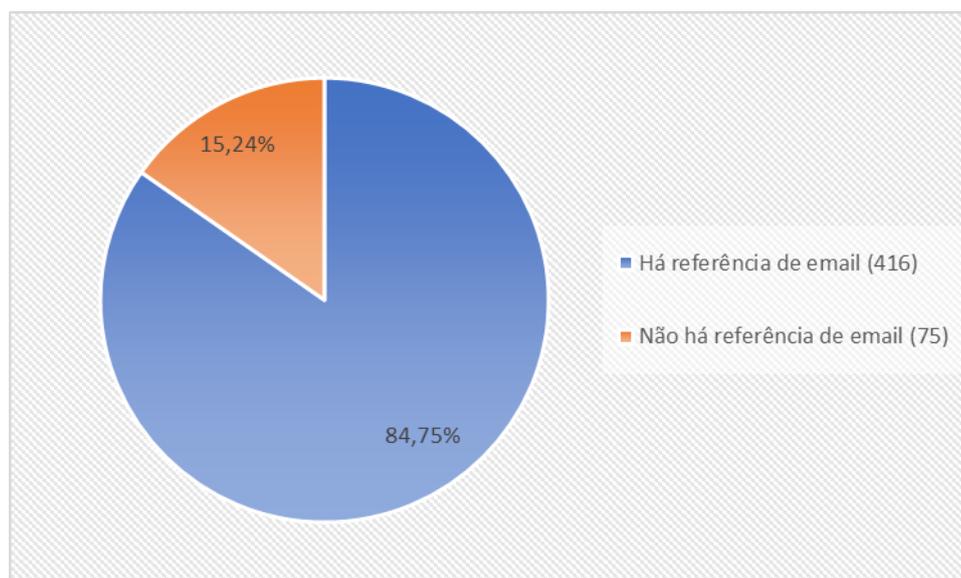
O **gráfico 3** apresenta os itens que retornaram com menos resultados.

Gráfico 3 – Itens da pesquisa com o menor retorno



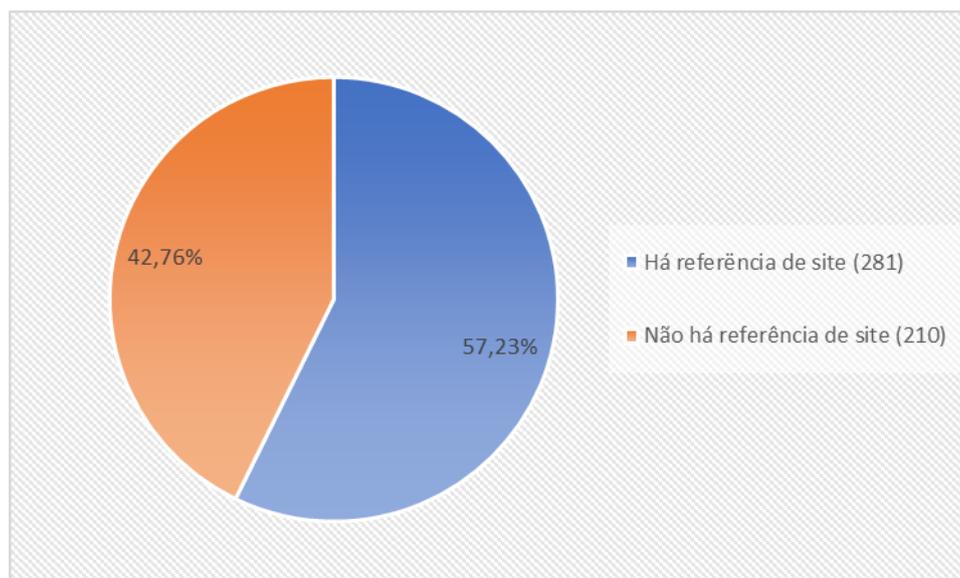
No que se refere ao *e-mail*, canal de comunicação muito utilizado atualmente, é relevante que 75 consórcios não tenham apresentado nenhuma referência nesse ponto, conforme ilustra o **gráfico 4**.

Gráfico 4 – Consórcios com e sem referência de e-mail



Quanto ao *site*, veículo essencial para a consolidação da transparência e acesso à informação, o **gráfico 5** chama a atenção que apenas pouco mais da metade dos consórcios identificados o possuem.

Gráfico 5 – Consórcios com e sem referência de site



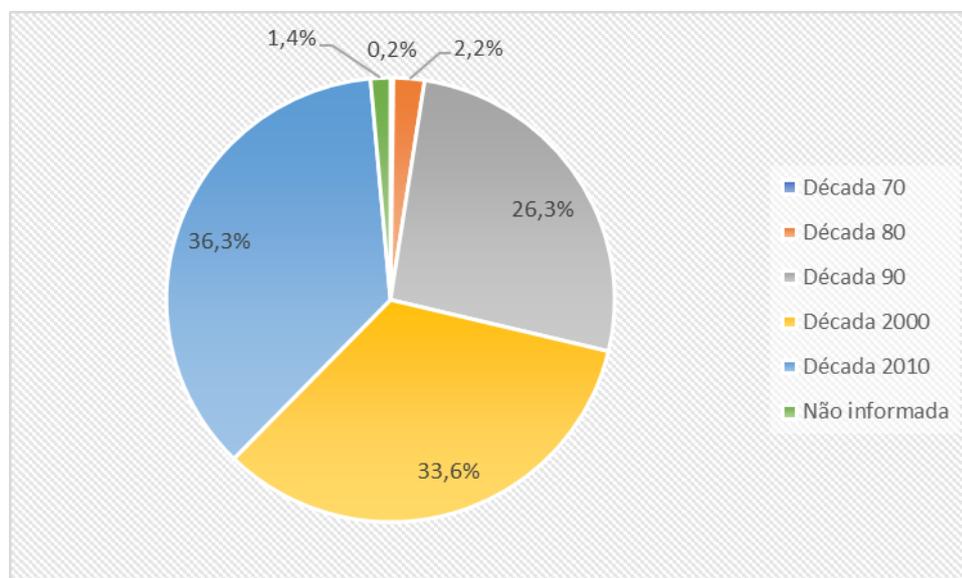
Em relação ao período de constituição

O levantamento, também realizado a partir da conferência da data constante no documento de CNPJ, junto à Receita Federal, apontou que a década em curso (de 2010 em diante) é a que apresenta o maior número de consórcios constituídos, seguida, respectivamente, pelas décadas de 2000 e 1990, conforme evidenciam a **tabela 7** e o **gráfico 6**.

Tabela 7 – Quantidade de consórcios constituídos por década

| Década | Quantidade |
|-------------------|------------|
| Década 1970 | 1 |
| Década 1980 | 11 |
| Década 1990 | 129 |
| Década 2000 | 165 |
| Década 2010 | 178 |
| Não há informação | 7 |
| Total | 491 |

Gráfico 6 – Percentual de consórcios constituídos por década



A **tabela 8** apresenta a constituição dos consórcios públicos ano a ano, a partir de onde é possível verificar que, mesmo antes da inserção do art. 291 na Constituição Federal¹, por meio da Emenda 19/1998, já existiam pelo menos **104** consórcios administrativos constituídos. Entre os anos de **1998 e 2004**, período após a emenda constitucional e antecedente à edição da Lei 11.107/2005, que regulamentou formalmente a figura dos consórcios, outros **93** consórcios foram constituídos na modalidade administrativa.

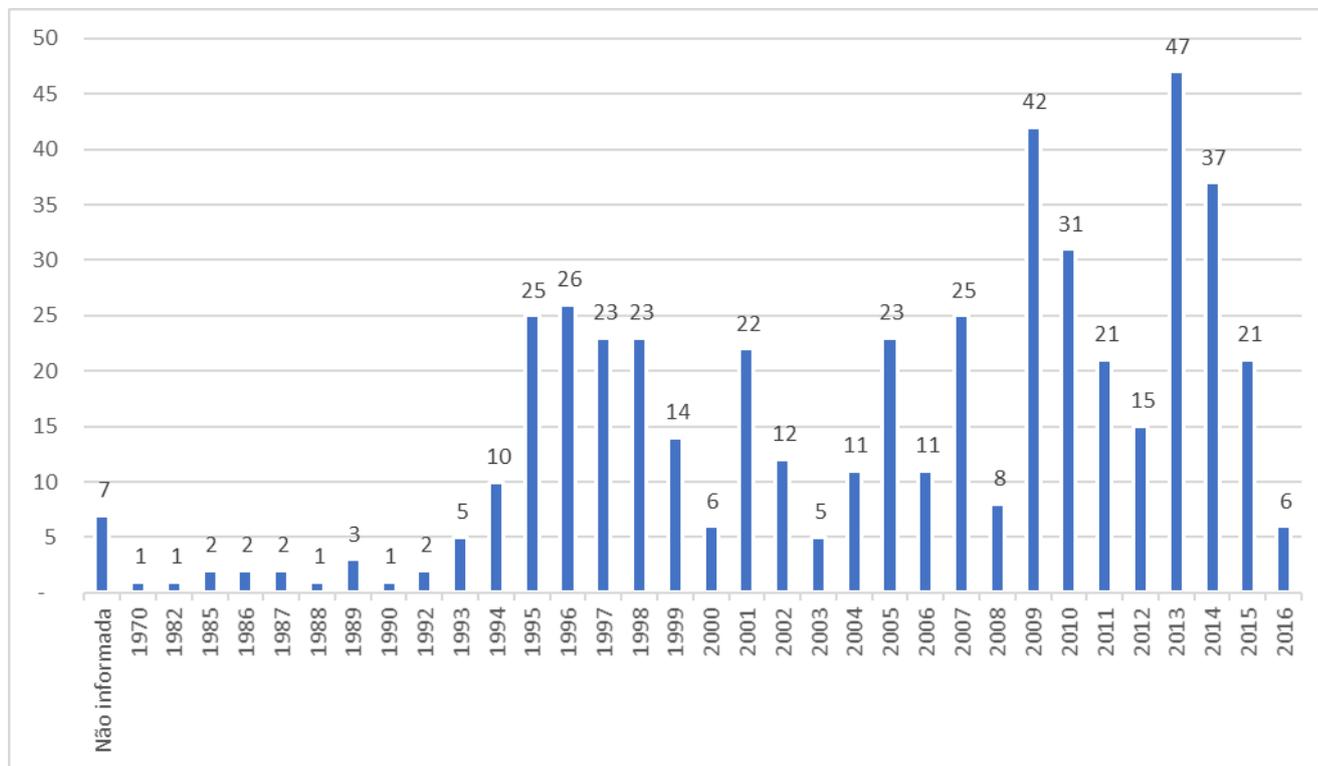
Tabela 8 – Quantidade e percentual de consórcios constituídos por ano

| Década | Quantidade | % |
|-------------------|------------|------|
| Não há informação | 7 | 1,4% |
| 1970 | 1 | 0,2% |
| 1982 | 1 | 0,2% |
| 1985 | 2 | 0,4% |
| 1986 | 2 | 0,4% |
| 1987 | 2 | 0,4% |
| 1988 | 1 | 0,2% |
| 1989 | 3 | 0,6% |

¹ Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os Entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

| Década | Quantidade | % |
|--------------|------------|---------------|
| 1990 | 1 | 0,2% |
| 1992 | 2 | 0,4% |
| 1993 | 5 | 1,0% |
| 1994 | 10 | 2,0% |
| 1995 | 25 | 5,1% |
| 1996 | 26 | 5,3% |
| 1997 | 23 | 4,7% |
| 1998 | 23 | 4,7% |
| 1999 | 14 | 2,9% |
| 2000 | 6 | 1,2% |
| 2001 | 22 | 4,5% |
| 2002 | 12 | 2,4% |
| 2003 | 5 | 1,0% |
| 2004 | 11 | 2,2% |
| 2005 | 23 | 4,7% |
| 2006 | 11 | 2,2% |
| 2007 | 25 | 5,1% |
| 2008 | 8 | 1,6% |
| 2009 | 42 | 8,6% |
| 2010 | 31 | 6,3% |
| 2011 | 21 | 4,3% |
| 2012 | 15 | 3,1% |
| 2013 | 47 | 9,6% |
| 2014 | 37 | 7,5% |
| 2015 | 21 | 4,3% |
| 2016 | 6 | 1,2% |
| Total | 491 | 100,0% |

Gráfico 7 – Representação dos consórcios constituídos por ano



O ano com maior número de constituições é o de **2013**, com 47 consórcios, seguidos pelos anos de **2009** e **2014**, respectivamente, com 42 e 37 novos consórcios.

O consórcio mais antigo identificado foi constituído em 10 de outubro de **1970**.

Em relação à sede do consórcio

O levantamento se preocupou em apontar onde os consórcios públicos fixaram suas sedes, e os resultados são os seguintes:

A região **Sudeste** é a que sedia o maior número de consórcios, são 214. Todos os Estados desta região possuem consórcios e a maior concentração está em **Minas Gerais** (121 sedes).

A região **Sul** desponta em segundo lugar, com 151 sedes, e, de igual forma, todos os Estados possuem consórcios sediados, sendo o **Paraná** destaque com 67 consórcios.

O **Nordeste** vem em seguida, com 65 sedes, e o único Estado desta região que não sedia nenhum consórcio é o **Piauí**.

A região **Centro-Oeste** abriga a sede de 51 consórcios em seu território, e todos os Estados, inclusive o Distrito Federal, têm algum consórcio.

Já o **Norte** apresenta o menor número, pois são apenas 10 consórcios sediados, e, dos sete Estados que compõem essa região, apenas três (Pará, Rondônia e Tocantins) possuem consórcios instalados.

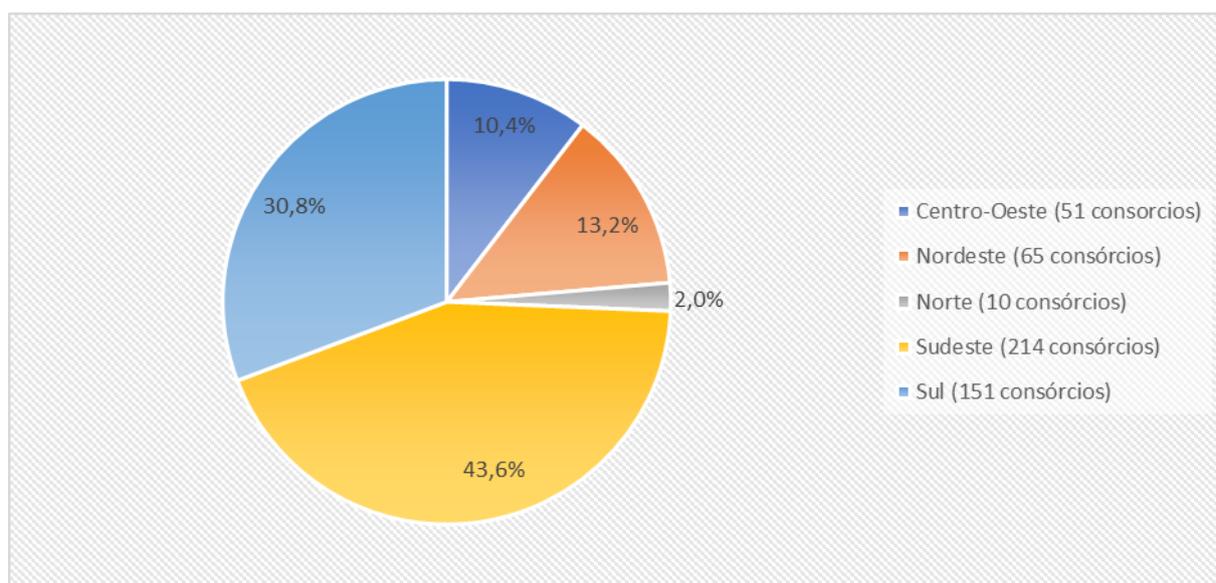
Todas as informações estão detalhadas por região e Estado na **tabela 9** e ilustradas no **gráfico 8**:

Tabela 9 – Localização das sedes dos consórcios por região e Estado

| Região | UF | Quantidade | % Nacional |
|--------------|-------|------------|------------|
| Centro-Oeste | DF | 1 | 0,2% |
| | GO | 18 | 3,7% |
| | MS | 5 | 1,0% |
| | MT | 27 | 5,5% |
| | Total | 51 | 10,4% |
| Nordeste | AL | 3 | 0,6% |
| | BA | 20 | 4,1% |
| | CE | 11 | 2,2% |
| | MA | 3 | 0,6% |
| | PB | 10 | 2,0% |
| | PE | 12 | 2,4% |
| | PI | 0 | 0,0% |
| | RN | 4 | 0,8% |
| | SE | 2 | 0,4% |
| Total | 65 | 13,2% | |
| Norte | AC | 0 | 0,0% |
| | AM | 0 | 0,0% |
| | AP | 0 | 0,0% |

| | | | |
|--------------|-------|------------|-------------|
| | PA | 4 | 0,8% |
| | RO | 2 | 0,4% |
| | RR | 0 | 0,0% |
| | TO | 4 | 0,8% |
| | Total | 10 | 2,0% |
| Sudeste | ES | 14 | 2,9% |
| | MG | 121 | 24,6% |
| | RJ | 12 | 2,4% |
| | SP | 67 | 13,6% |
| | Total | 214 | 43,6% |
| Sul | PR | 67 | 13,6% |
| | RS | 41 | 8,4% |
| | SC | 43 | 8,8% |
| | Total | 151 | 30,8% |
| Total | | 491 | 100% |

Gráfico 8 – Distribuição das sedes dos consórcios públicos por região



Ainda no que se refere às sedes dos consórcios, apurou-se que **63 Municípios** sediam mais de um consórcio, conforme apresenta a **tabela 10**.

Tabela 10 – Municípios que sediam mais de um consórcio

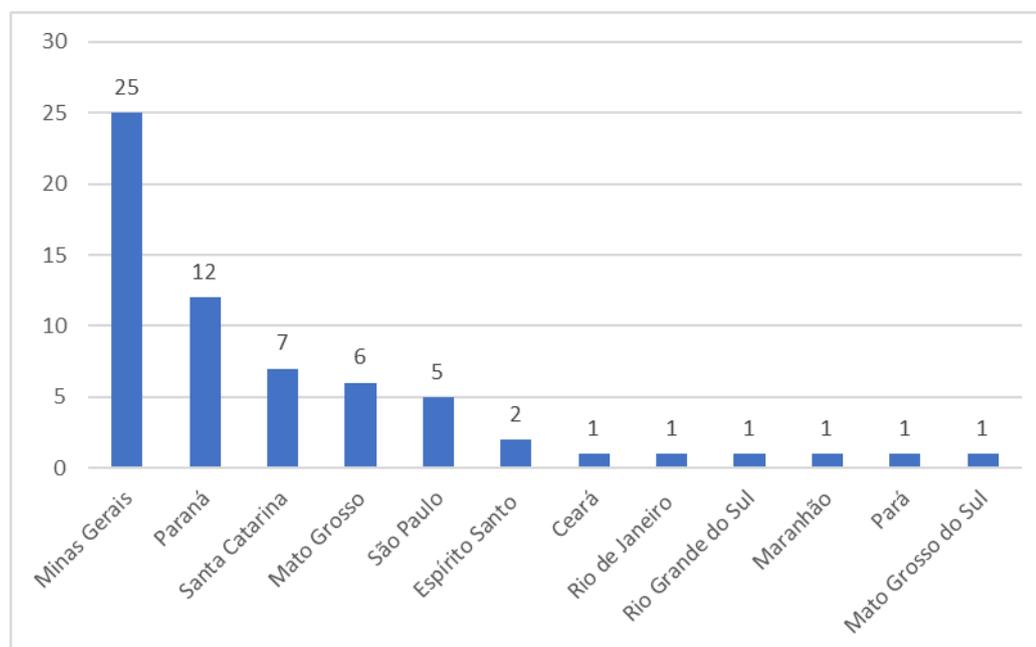
| Município | Quantidade de consórcios |
|-------------------------------|--------------------------|
| Montes Claros/MG | 4 |
| Lavras/MG | |
| Conselheiro Lafaiete/MG | |
| Uberlândia/MG | |
| Governador Valadares/MG | |
| Divinópolis/MG | 3 |
| Londrina/PR | |
| Sorriso/MT | |
| Colatina/ES | |
| Maringá/PR | |
| União da Vitória/PR | |
| São Miguel do Oeste/SC | |
| Chapecó/SC | |
| Florianópolis/SC | |
| Curitiba/PR | |
| Juiz de Fora/MG | |
| Viçosa/MG | 2 |
| Paranavaí/PR | |
| Itaperuna/RJ | |
| São José dos Quatro Marcos/MT | |
| Araçuaí/MG | |
| Lages/SC | |
| Astorga/PR | |
| Piumhi/MG | |
| Barbacena/MG | |
| Teófilo Otoni/MG | |
| Barra do Garças/MT | |

| | |
|---------------------|--|
| Jales/SP | |
| Belém/PA | |
| Mafra/SC | |
| Belo Horizonte/MG | |
| Patos de Minas/MG | |
| Campo Grande/MS | |
| Salto/SP | |
| Capinzal/SC | |
| São Luís/MA | |
| Carangola/MG | |
| Umuarama/PR | |
| Caratinga/MG | |
| Ivaiporã/PR | |
| Cascavel/PR | |
| João Monlevade/MG | |
| Colíder/MT | |
| Alta Floresta/MT | |
| Corinto/MG | |
| Mogi das Cruzes/SP | |
| Criciúma/SC | |
| Pato Branco/PR | |
| Diamantina/MG | |
| Penápolis/SP | |
| Dracena/SP | |
| Pouso Alegre/MG | |
| Água Boa/MT | |
| São João Del Rei/MG | |
| Águas Formosas/MG | |
| São Lourenço/MG | |
| Guaçuí/ES | |

| | |
|----------------------|--|
| Seberi/RS | |
| Guarapuava/PR | |
| Uberaba/MG | |
| Irati/PR | |
| Itajubá/MG | |
| Limoeiro do Norte/CE | |

Verifica-se pelo **gráfico 9** que o Estado de Minas Gerais concentra o maior número de Municípios que sediam mais de um consórcio (25 Municípios), seguido pelos Estados do Paraná (12 Municípios) e de Santa Catarina (7 Municípios).

Gráfico 9 – Estados com Municípios que sediam mais de um consórcio



No que concerne ao **porte dos Municípios que sediam** algum consórcio público, partindo da estimativa populacional divulgada pelo IBGE (2017), o que possui menor população alcança **1.817 habitantes** e o maior **2.523.794 habitantes**.

A pesquisa demonstrou também que a maioria dos Municípios-sede possui porte pequeno e médio, sendo que os grandes Municípios sediam apenas 58 consórcios (**tabela 11**)².

Tabela 11 – Porte populacional dos Municípios-sede de consórcio

| Porte do Município-sede | Número de consórcios |
|-------------------------|----------------------|
| Pequeno | 247 |
| Médio | 181 |
| Grande | 58 |
| Sede não informada | 5 |
| Total | 491 |

Apurou-se ainda que 21 consórcios têm suas sedes distribuídas entre **13 capitais** de Estados, conforme ilustra a **tabela 12**. O destaque fica por conta das regiões Sul e Centro-Oeste, onde todas as capitais sediam pelo menos um consórcio.

Tabela 12 – Capitais que sediam consórcios públicos

| Região | UF | Município | Quantidade de consórcios |
|-----------------|----|-------------|--------------------------|
| Norte | AC | Rio Branco | 0 |
| | PA | Belém | 2 |
| | RO | Porto Velho | 0 |
| | TO | Palmas | 1 |
| | AM | Manaus | 0 |
| | RR | Boa Vista | 0 |
| | AP | Macapá | 0 |
| Nordeste | AL | Maceió | 1 |
| | BA | Salvador | 0 |
| | CE | Fortaleza | 0 |
| | MA | São Luís | 2 |
| | PB | João Pessoa | 0 |

² Pequeno porte: abaixo de 50 mil habitantes;
Médio porte: 50.000 a 299.999 habitantes;
Grande porte: a partir de 300 mil habitantes.

| | | | |
|---------------------|----|----------------|---|
| | PE | Recife | 0 |
| | RN | Natal | 1 |
| | SE | Aracaju | 0 |
| | PI | Teresina | 0 |
| Sudeste | ES | Vitória | 0 |
| | MG | Belo Horizonte | 2 |
| | RJ | Rio de Janeiro | 0 |
| | SP | São Paulo | 0 |
| Sul | PR | Curitiba | 3 |
| | RS | Porto Alegre | 1 |
| | SC | Florianópolis | 3 |
| Centro-Oeste | GO | Goiânia | 1 |
| | MT | Cuiabá | 1 |
| | MS | Campo Grande | 2 |
| | DF | Brasília | 1 |

Nesse aspecto, a pesquisa demonstrou que não há, necessariamente, correlação entre sediar um consórcio e ser efetivamente Ente consorciado daquele consórcio.

No que concerne às capitais, apenas **Belo Horizonte/MG**, **Brasília/DF**, **Cuiabá/MT**, **Florianópolis/SC (1 consórcio)**, **Palmas/TO** e **Porto Alegre/RS** são efetivamente consorciados aos consórcios que sediam. Enquanto **Belém/PA**, **Campo Grande/MS**, **Curitiba/PR**, **Goiânia/GO**, **Maceió/AL** e **Natal/RN** não figuram como Entes consorciados daqueles consórcios que em que figuram como Municípios-sede.

De outro lado, a **tabela 13** indica que **Curitiba/PR** e **Goiânia/GO** participam como Entes consorciados em outro consórcio que não aquele que sediam, e **Rio Branco/AC**, **Porto Velho/RO**, **João Pessoa/PB** e **Salvador/BA**, embora não sediarem nenhum consórcio, participam de um consórcio cada.

Tabela 13 – Capitais que sediam consórcios públicos

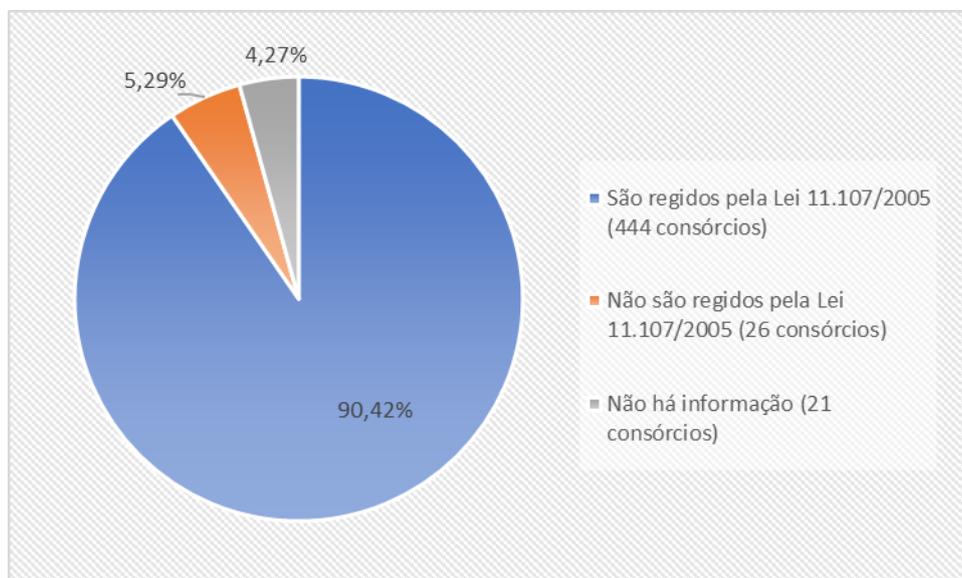
| Região | UF | Município | Quantidade de consórcios de que participa |
|--------------|----|----------------|---|
| Norte | AC | Rio Branco | 1 |
| | RO | Porto Velho | 1 |
| | TO | Palmas | 1 |
| Nordeste | PB | João Pessoa | 1 |
| | BA | Salvador | 1 |
| | MA | São Luís | 1 |
| Sudeste | MG | Belo Horizonte | 2 |
| Sul | PR | Curitiba | 1 |
| | RS | Porto Alegre | 2 |
| | SC | Florianópolis | 1 |
| Centro-Oeste | GO | Goiânia | 1 |
| | MT | Cuiabá | 1 |
| | DF | Brasília | 1 |

Em relação à constituição do consórcio

O levantamento buscou apurar quantos consórcios são regidos pela Lei 11.107/2005 e quantos optaram pela personalidade jurídica de direito público ou de direito privado.

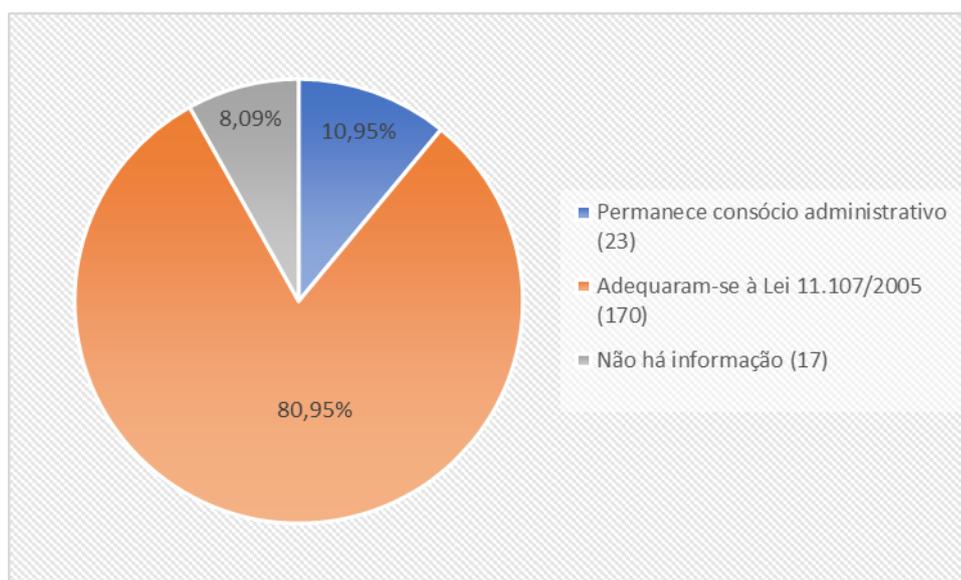
O **gráfico 10** demonstra que, dos 491 consórcios identificados, **444** foram constituídos já regidos pela Lei que regulamenta os consórcios ou, quando constituídos em período anterior, promoveram a adequação, enquanto **26** declararam ser consórcios administrativos, ou seja, não observam a Lei 11.107/2005.

Gráfico 10 – Consórcios regidos pela Lei 11.107/2005



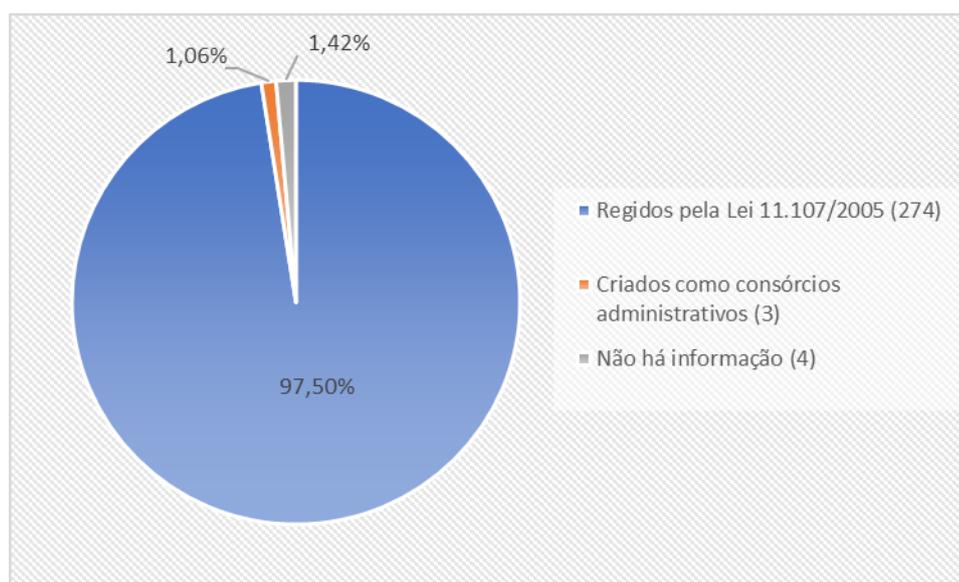
O levantamento também identificou que **210** consórcios foram criados até **março de 2005**, ou seja, antes da vigência da Lei 11.107/2005 que foi publicada em abril de 2005. Desse número, o **gráfico 11** aponta que **23** consórcios permaneceram como consórcios administrativos e **170** promoveram adequação conforme a Lei.

Gráfico 11 – Consórcios criados antes da Lei 11.107/2005



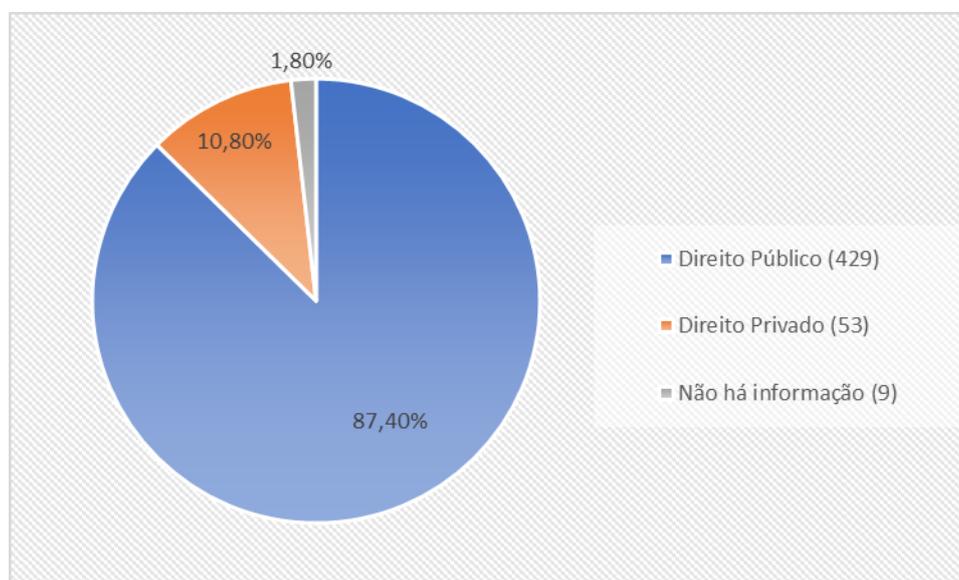
De outro lado, também foi possível verificar que, dos **281** consórcios criados a partir de **abril de 2005**, ou seja, após a publicação da Lei 11.107/2005, apenas **3** foram criados no formato de consórcio administrativo e somente de **4** consórcios não há informação, conforme ilustra o **gráfico 12**.

Gráfico 12 – Consórcios criados após a Lei 11.107/2005



No que se refere à personalidade jurídica, conforme ilustra o **gráfico 13**, **429** consórcios adotaram a personalidade de direito público, **53** a de direito privado e sobre **9** não há informação.

Gráfico 13 – Personalidade jurídica de direito público e privado



Já a respeito do questionamento quanto à coparticipação de uma associação microrregional e/ou do governo estadual no consórcio, a **tabela 14** apresenta os dados identificados na pesquisa.

Tabela 14 – Coparticipação de microrregional ou governo estadual

| Há coparticipação de uma associação microrregional | | |
|--|------------|---------------|
| | Quantidade | % |
| Sim | 108 | 22% |
| Não | 209 | 43% |
| Não há informação | 174 | 35% |
| Total | 491 | 100,0% |
| Há coparticipação do Governo do Estado | | |
| | Quantidade | % |
| Sim | 130 | 27% |
| Não | 193 | 39% |
| Não há informação | 168 | 34% |
| Total | 491 | 100,0% |

Nesse ponto, a coparticipação do Estado se refere a alguma ajuda técnica-financeira sem que isso represente que o Estado é efetivamente Ente consorciado.

Quanto ao **número de Entes consorciados** por consórcio, identificou-se que o mínimo é de **2** Entes, ao passo que o máximo de Municípios reunidos em um único consórcio é de **397**. A **tabela 15** esmiúça esses dados.

Tabela 15 – Quantidade de Entes por consórcio

| Quantidade de Entes consorciados | Quantidade de consórcios com essa quantificação |
|----------------------------------|---|
| De 2 até 5 | 64 |
| De 6 até 10 | 141 |
| De 11 até 15 | 118 |
| De 16 até 20 | 63 |
| De 21 até 25 | 34 |

| Quantidade de Entes consorciados | Quantidade de consórcios com essa quantificação |
|----------------------------------|---|
| De 26 até 30 | 19 |
| De 31 até 35 | 13 |
| De 36 até 40 | 7 |
| De 41 até 45 | 6 |
| De 46 até 50 | 1 |
| De 51 até 60 | 4 |
| De 61 até 70 | 2 |
| De 71 até 80 | 1 |
| De 81 até 90 | 1 |
| De 91 até 100 | 3 |
| De 101 até 150 | 2 |
| De 151 até 200 | 2 |
| 296 | 1 |
| 397 | 1 |

Em relação à diretoria

O levantamento buscou identificar quem eram os presidentes e os secretários-executivos dos consórcios ao tempo da pesquisa. Do universo de 491 consórcios, **414** consórcios informaram o nome do presidente e **373** informaram o nome do secretário-executivo, sendo que **366** consórcios indicaram concomitantemente o nome desses dois principais dirigentes da entidade (**gráfico 14**).

Gráfico 14 – Informação sobre presidente e o secretário-executivo



Em relação à área de atuação

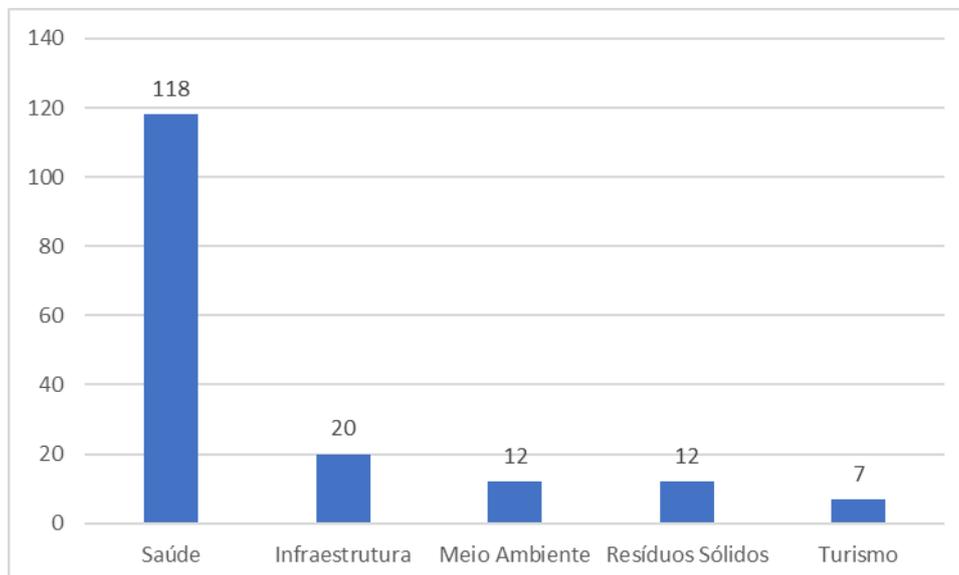
No que concerne à área de atuação, a opção era múltipla escolha justamente pelo fato de ser conhecido que muitos consórcios atuam em mais de uma área. Desse modo, foi possível identificar que **275** consórcios são **finalitários**, ou seja, atuam em apenas uma área, enquanto **213** são **multifinalitários**, atuam em mais de uma área, conforme apresenta a **tabela 16**.

Tabela 16 – Consórcios finalitários x multifinalitários

| Área de atuação | Quantidade | % |
|-------------------|------------|---------------|
| Somente 1 Área | 275 | 56,0% |
| Mais de 1 Área | 213 | 43,4% |
| Não há informação | 3 | 0,6% |
| Total | 491 | 100,0% |

Dos 275 consórcios finalitários, o **gráfico 15** ilustra as áreas que mais se destacam, sendo elas: saúde (181 consórcios), infraestrutura (20 consórcios), meio ambiente (12 consórcios), resíduos sólidos (12 consórcios) e turismo (7 consórcios).

Gráfico 15 – Consórcios finalitários e as áreas de destaque



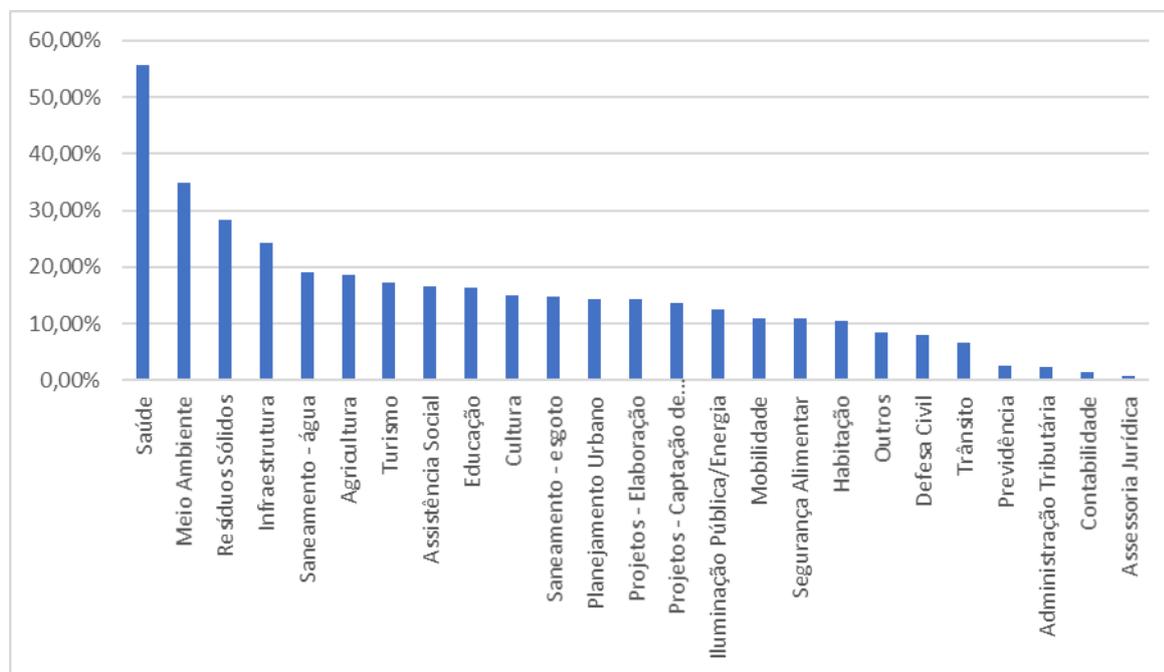
Já a **tabela 17** apresenta as áreas de atuação e a respectiva quantidade de consórcios que têm previsão estatutária para atuar nelas. E o **gráfico 16** traz a representação do percentual apurado de cada área em relação ao total.

Tabela 17 – Áreas de atuação dos consórcios públicos

| Área | Quantidade | % |
|--------------------|------------|--------|
| Saúde | 274 | 55,80% |
| Meio Ambiente | 172 | 35% |
| Resíduos Sólidos | 139 | 28,30% |
| Infraestrutura | 119 | 24,20% |
| Saneamento – água | 94 | 19,10% |
| Agricultura | 92 | 18,70% |
| Turismo | 85 | 17,30% |
| Assistência Social | 81 | 16,50% |
| Educação | 80 | 16,30% |
| Cultura | 74 | 15,10% |

| Área | Quantidade | % |
|---------------------------------|------------|--------|
| Saneamento - esgoto | 72 | 14,70% |
| Planejamento Urbano | 70 | 14,30% |
| Projetos – Elaboração | 70 | 14,30% |
| Projetos – Captação de recursos | 67 | 13,60% |
| Iluminação Pública/Energia | 62 | 12,60% |
| Mobilidade | 54 | 11% |
| Segurança Alimentar | 54 | 11% |
| Habitação | 51 | 10,40% |
| Outros | 41 | 8,40% |
| Defesa Civil | 39 | 7,90% |
| Trânsito | 33 | 6,70% |
| Previdência | 13 | 2,60% |
| Administração Tributária | 12 | 2,40% |
| Contabilidade | 7 | 1,40% |
| Assessoria Jurídica | 4 | 0,80% |

Gráfico 16 – Percentual de consórcios, segundo a área de atuação



A **tabela 18** apresenta também a distribuição dos consórcios por Estado conforme a área de atuação.

Tabela 18 – Distribuição dos consórcios por UF e conforme a área de atuação

| | Projetos - Elaboração | Contabilidade | Administração Tributária | Assessoria Jurídica | Agricultura | Turismo | Projetos - Captação de recursos | Previdência | Saúde | Educação | Assistência Social | Cultura | Segurança Alimentar | Meio Ambiente | Resíduos Sólidos | Infraestrutura | Saneamento - água | Saneamento - esgoto | Iluminação Pública/Energia | Planejamento Urbano | Mobilidade | Habitação | Defesa Civil | Trânsito | Outros |
|----|-----------------------|---------------|--------------------------|---------------------|-------------|---------|---------------------------------|-------------|-------|----------|--------------------|---------|---------------------|---------------|------------------|----------------|-------------------|---------------------|----------------------------|---------------------|------------|-----------|--------------|----------|--------|
| AC | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| AL | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| AM | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| AP | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| BA | 9 | 3 | 0 | 2 | 12 | 8 | 8 | 1 | 11 | 5 | 5 | 8 | 6 | 11 | 9 | 12 | 10 | 7 | 5 | 6 | 6 | 6 | 6 | 5 | 5 |
| CE | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| DF | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ES | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 7 | 1 | 2 | 1 | 0 | 2 | 2 | 2 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| GO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 6 | 2 | 4 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| MA | 2 | 0 | 1 | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| MG | 15 | 1 | 1 | 0 | 12 | 11 | 12 | 1 | 76 | 9 | 9 | 10 | 14 | 32 | 30 | 17 | 19 | 16 | 27 | 15 | 9 | 8 | 6 | 2 | 7 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|----|---|----|---|----|----|----|----|-----|----|----|----|----|-----|-----|-----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| MS | 3 | 0 | 1 | 0 | 5 | 4 | 3 | 0 | 5 | 4 | 4 | 3 | 2 | 4 | 4 | 4 | 3 | 3 | 1 | 4 | 2 | 0 | 2 | 1 | 1 |
| MT | 5 | 0 | 0 | 1 | 9 | 8 | 6 | 1 | 17 | 5 | 6 | 6 | 1 | 10 | 7 | 7 | 5 | 3 | 2 | 6 | 4 | 4 | 2 | 3 | 3 |
| PA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 3 | 2 | 1 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PB | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| PE | 1 | 0 | 0 | 0 | 6 | 5 | 1 | 1 | 8 | 7 | 4 | 1 | 1 | 6 | 3 | 4 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 3 | 1 | 1 | 5 |
| PI | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| PR | 8 | 2 | 1 | 1 | 16 | 10 | 10 | 2 | 39 | 10 | 8 | 12 | 7 | 22 | 20 | 20 | 7 | 5 | 4 | 13 | 7 | 6 | 2 | 4 | 12 |
| RJ | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 6 | 0 | 1 | 0 | 0 | 3 | 3 | 1 | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| RN | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| RO | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| RR | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| RS | 7 | 0 | 1 | 0 | 13 | 11 | 7 | 2 | 28 | 14 | 16 | 12 | 6 | 21 | 14 | 12 | 11 | 8 | 7 | 9 | 8 | 7 | 6 | 4 | 7 |
| SC | 6 | 1 | 2 | 0 | 7 | 7 | 6 | 2 | 17 | 9 | 11 | 5 | 8 | 14 | 11 | 11 | 11 | 9 | 3 | 2 | 2 | 5 | 3 | 1 | 8 |
| SE | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| SP | 11 | 0 | 5 | 0 | 6 | 17 | 11 | 2 | 30 | 11 | 11 | 11 | 8 | 23 | 17 | 21 | 11 | 9 | 8 | 10 | 11 | 11 | 10 | 10 | 8 |
| TO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 2 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Não info. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 70 | 7 | 12 | 4 | 92 | 85 | 67 | 13 | 274 | 80 | 81 | 74 | 54 | 172 | 139 | 119 | 94 | 72 | 62 | 70 | 54 | 51 | 39 | 33 | 60 |

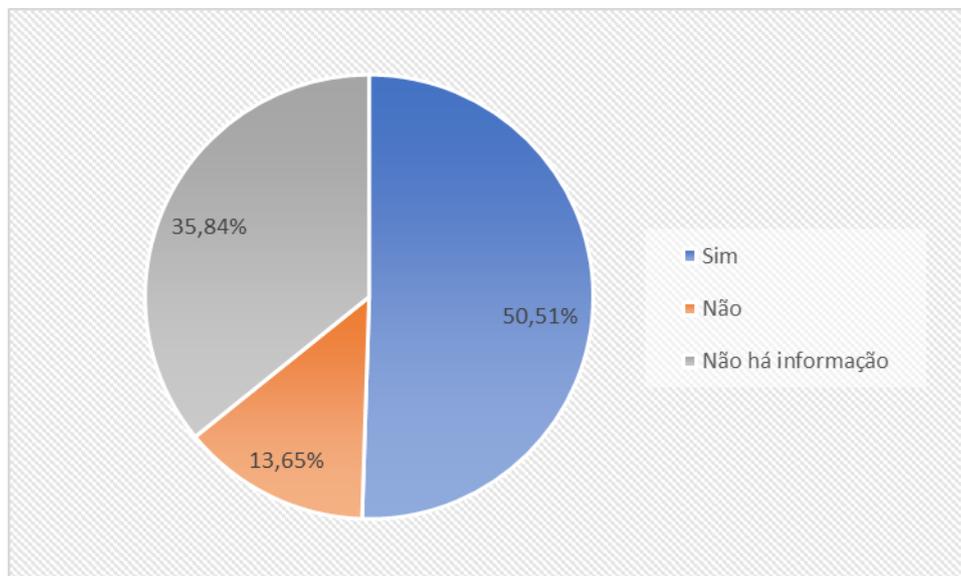
Em relação ao controle

Os consórcios foram questionados se o **controle externo** é exercido por órgão oficial, ao que **248** consórcios responderam que sim; **67** afirmaram que não; e a respeito de **176** não há informação.

Tabela 19 – Se há controle externo

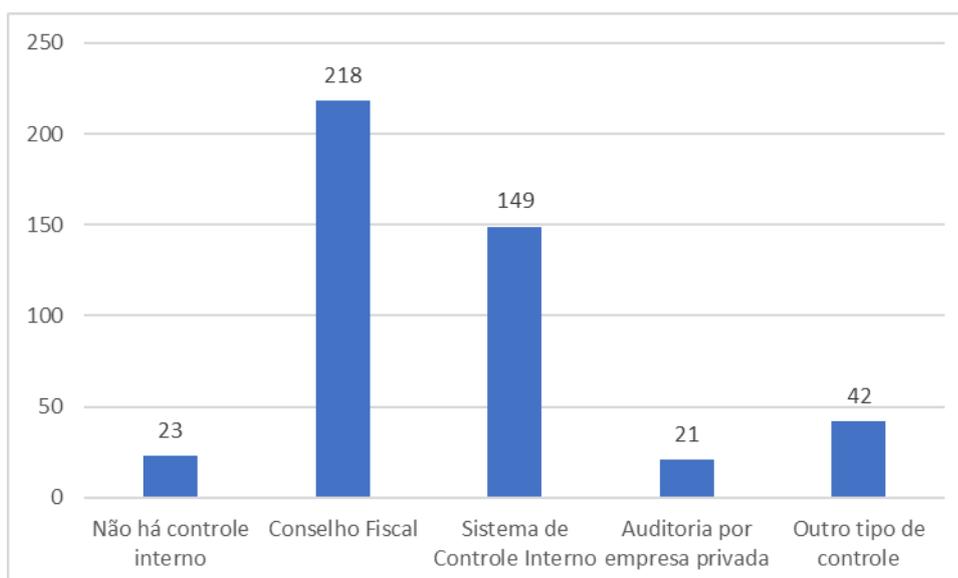
| Há controle externo | Quantidade |
|---------------------|------------|
| Sim | 248 |
| Não | 67 |
| Não há informação | 176 |
| Total | 491 |

Gráfico 17 – Percentual do controle externo



Quanto ao **controle interno**, **168** consórcios não forneceram informações. O **gráfico 18** ilustra se o controle é realizado e por qual meio, sendo que as alternativas não eram excludentes, de modo que, os **323** consórcios que retornaram a pesquisa nesse aspecto, optaram pelas alternativas que mais bem representavam a sua realidade.

Gráfico 18 – Forma pela qual é exercido controle interno

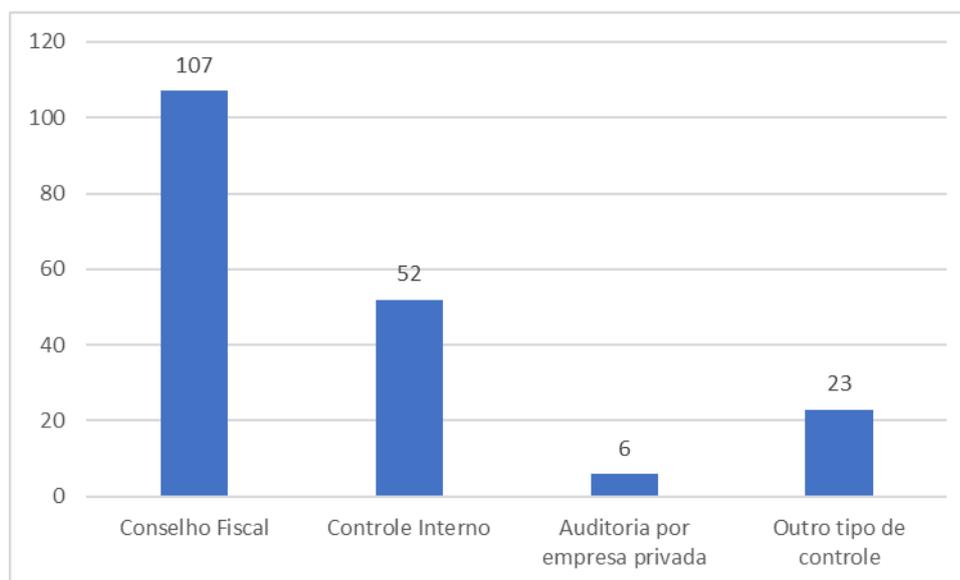


Desse universo de **323** consórcios que retornaram a pesquisa nesse ponto, tem-se que **135** mesclaram formas de controle interno, enquanto **188** optaram por apenas uma das alternativas, as quais são especificadas no **gráfico 19**.

Tabela 20 – Variações na forma de controle interno

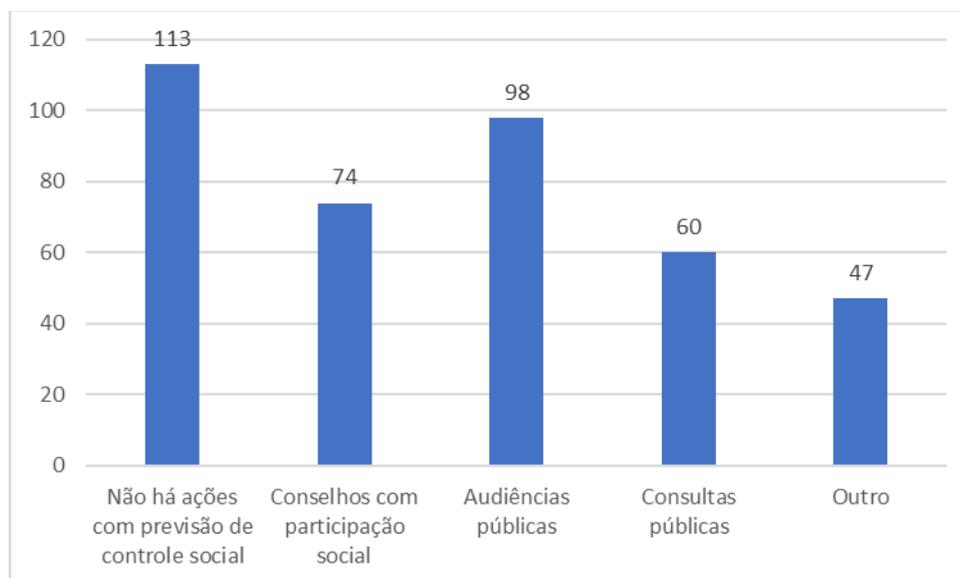
| | Quantidade | % |
|--|------------|-------------|
| Indicaram apenas uma forma de controle interno | 188 | 38% |
| Mesclaram formas de controle interno | 135 | 34% |
| Não forneceram informação | 168 | 28% |
| Total | 491 | 100% |

Gráfico 19 – Consórcios que indicaram apenas uma forma de controle interno



A forma de **controle social**, por sua vez, é apresentada no **gráfico 20**. Nesse aspecto, **184** consórcios não forneceram informações, e, de igual forma ao item anterior, as alternativas não eram excludentes, de maneira que os **307** consórcios que retornaram a pesquisa podem ter elegido por mais de uma opção.

Gráfico 20 – Forma pela qual é exercido o controle social

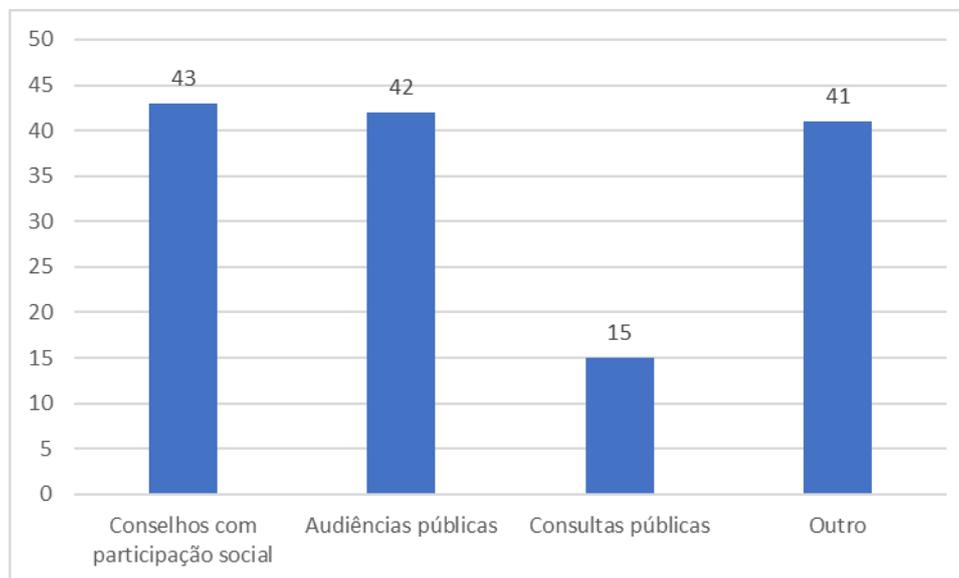


Desse universo de 307 consórcios que retornaram a pesquisa nesse ponto, tem-se que **123** mesclaram formas de controle social, enquanto **184** indicaram apenas uma das alternativas, as quais são especificadas no **gráfico 21**.

Tabela 21 – Variações na forma de controle social

| | Quantidade | % |
|---|------------|-------------|
| Indicaram apenas uma forma de controle social | 184 | 37,5% |
| Mesclaram formas de controle social | 123 | 25% |
| Não forneceram informação | 184 | 37,5% |
| Total | 491 | 100% |

Gráfico 21 – Consórcios que indicaram apenas uma forma de controle social

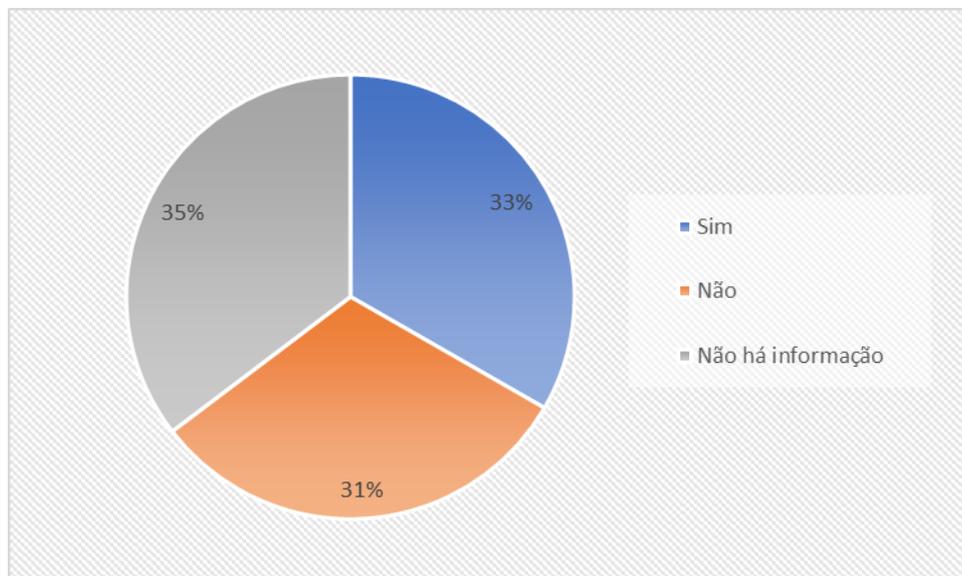


No que diz respeito à **realização de concurso público** para contratação do pessoal vinculado ao consórcio, **164** consórcios responderam que realizam concurso, **154** responderam negativamente e **173** não retornaram a informação.

Tabela 22 – Quantidade de consórcios que realiza concurso público

| Realiza concurso público? | Quantidade | % |
|---------------------------|------------|-------------|
| Sim | 164 | 33% |
| Não | 154 | 31% |
| Não informado | 173 | 35% |
| Total | 491 | 100% |

Gráfico 22 – Percentual de consórcios que realizam concurso público



Embora se saiba ser comum a cessão de servidores públicos ao consórcio pelos Entes consorciados, o que justificaria as respostas negativas, num segundo momento, será necessário aprofundar a pesquisa para verificar as razões pelas quais aqueles 154 consórcios indicaram que não realizam concurso.

Quanto ao **regime de contratação de pessoal**, dos 491 consórcios identificados, **163** indicaram que seus colaboradores se submetem a apenas um tipo de regime, enquanto **137** consórcios indicaram mais de um tipo e sobre **191** consórcios não há informação.

Tabela 23 – Quantitativo e percentual da adoção de regime de contratação único ou múltiplo

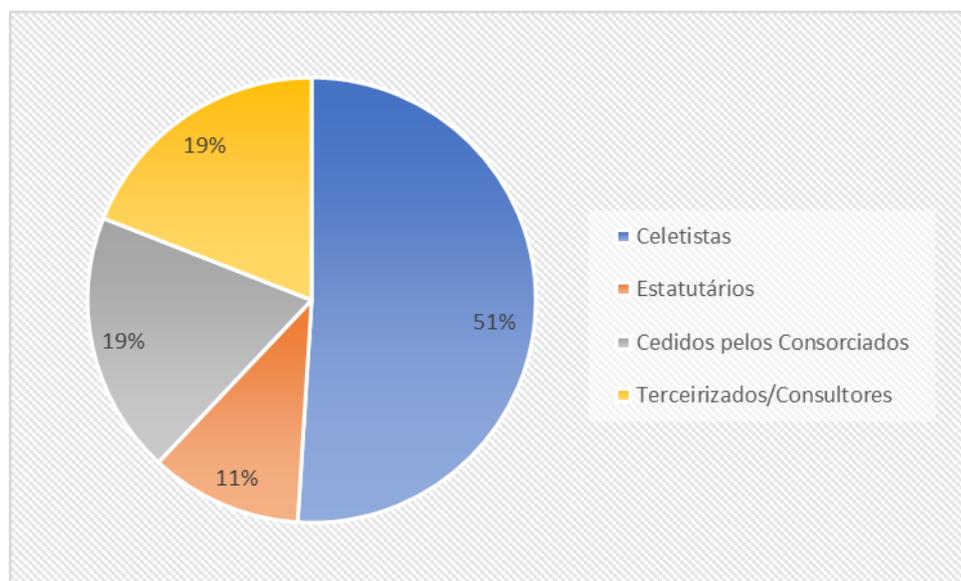
| | Quantidade | % |
|-----------------------------|------------|------|
| Indicaram apenas um regime | 163 | 33% |
| Indicaram mais de um regime | 137 | 28% |
| Não há informação | 191 | 39% |
| Total | 491 | 100% |

Entre aqueles consórcios que indicaram um ou múltiplos regimes, a pesquisa retornou com 488 respostas, as quais são ilustradas na **tabela 24**, e o respectivo percentual no **gráfico 23**.

Tabela 24 – Regime de contratação de pessoal

| Regime de contratação | Quantidade |
|----------------------------|------------|
| Celetistas | 249 |
| Estatutários | 53 |
| Cedidos pelos Consorciados | 93 |
| Terceirizados/Consultores | 93 |
| Total | 488 |

Gráfico 23 – Percentual da distribuição do regime de contratação de pessoal

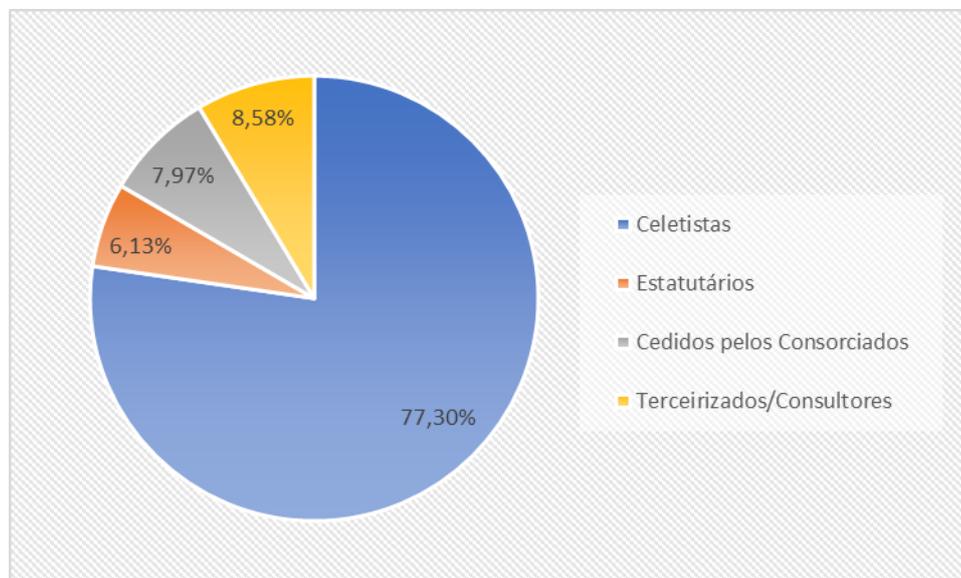


As respostas dos **163** consórcios que indicaram que todos os seus colaboradores se submetem a um **único regime** demonstram que o regime celetista é o que prevalece, conforme explica a **tabela 25**.

Tabela 25 – Regimes exclusivos de contratação de pessoal

| | Quantidade |
|----------------------------|------------|
| Celetistas | 126 |
| Estatutários | 10 |
| Cedidos pelos Consorciados | 13 |
| Terceirizados/Consultores | 14 |
| Total | 163 |

Gráfico 24 – Percentual dos regimes exclusivos de contratação de pessoal

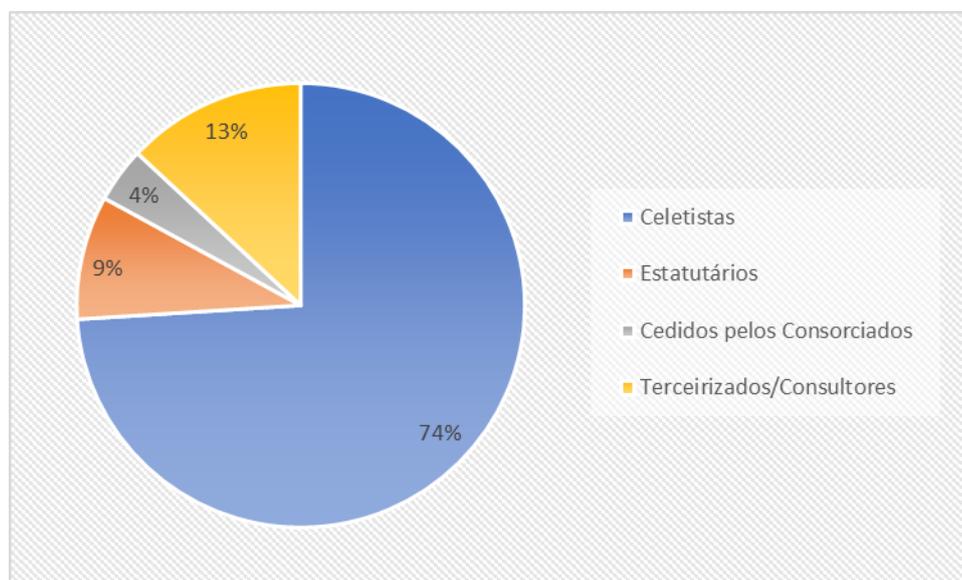


A respeito do número de pessoal contratado, a **tabela 26** apresenta a soma das respostas para cada regime de contratação, enquanto o **gráfico 25** ilustra o percentual correspondente.

Tabela 26 – Número de colaboradores segundo o regime de contratação

| Colaboradores | Quantidade |
|----------------------------|---------------|
| Celetistas | 7.542 |
| Estatutários | 940 |
| Cedidos pelos Consorciados | 416 |
| Terceirizados/Consultores | 1.312 |
| Total | 10.210 |

Gráfico 25 – Percentual dos colaboradores segundo o regime de contratação



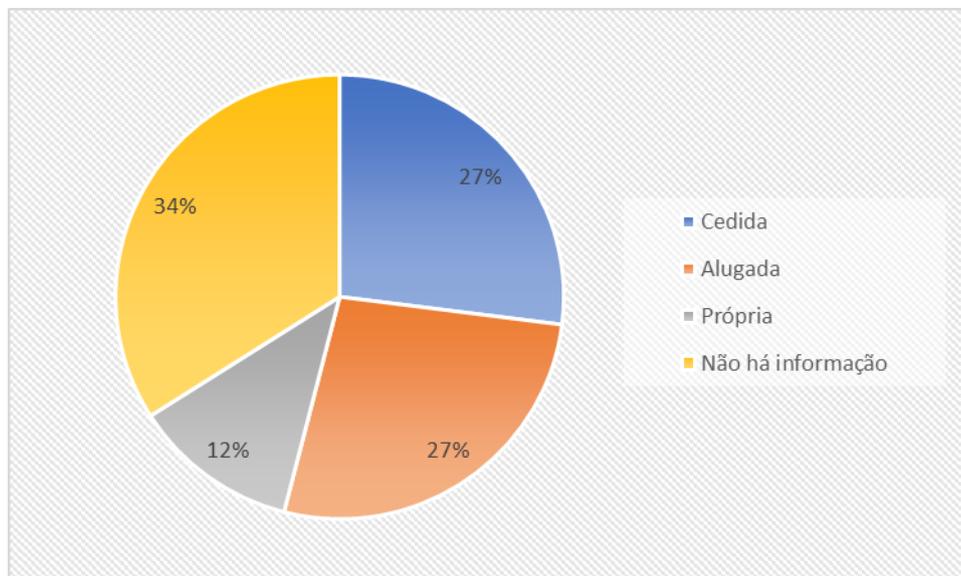
Em relação a estrutura física

No que se refere à sede do consórcio, os que possuem sede própria ainda são o menor número (60 consórcios), enquanto mais da metade apontou que a estrutura física é cedida por outro Ente ou alugada. A **tabela 27** apresenta os achados, e o **gráfico 26**, a representação do percentual correspondente.

Tabela 27 – Condição da sede física

| Sede | Quantidade |
|-------------------|------------|
| Cedida | 132 |
| Alugada | 131 |
| Própria | 60 |
| Não há informação | 168 |
| Total | 491 |

Gráfico 26 – Percentual da sede física segundo a condição



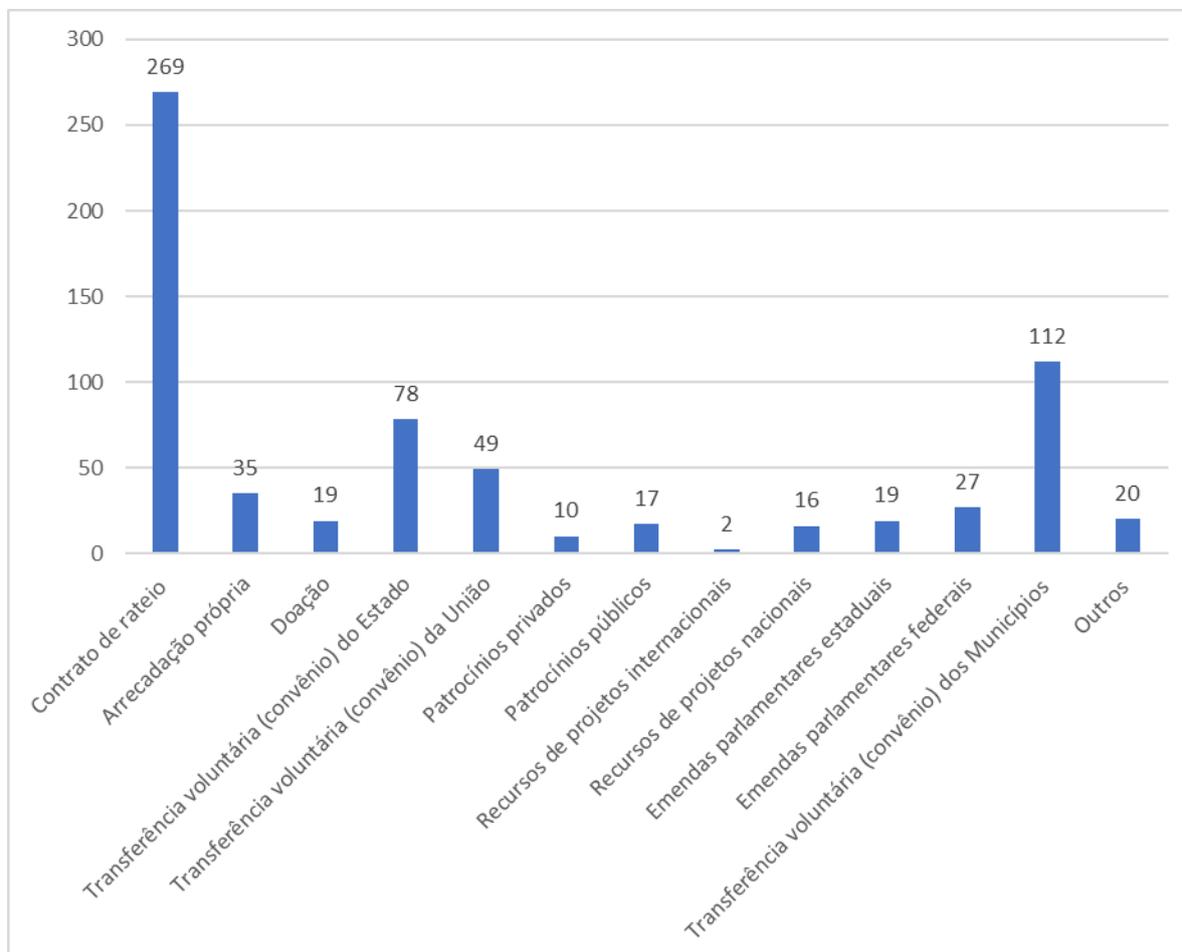
Daquelles consórcios que responderam que a sede é cedida ou alugada (263 consórcios), **60** apontaram que a sede própria está em fase de planejamento, o que representa **22,8%**.

Em relação à estrutura financeira

No que concerne ao financiamento do consórcio, o **gráfico 27** se encarrega de apresentar as respostas dos **318** consórcios que trouxeram informações, sendo que a respeito de **173** consórcios não há dado nesse sentido.

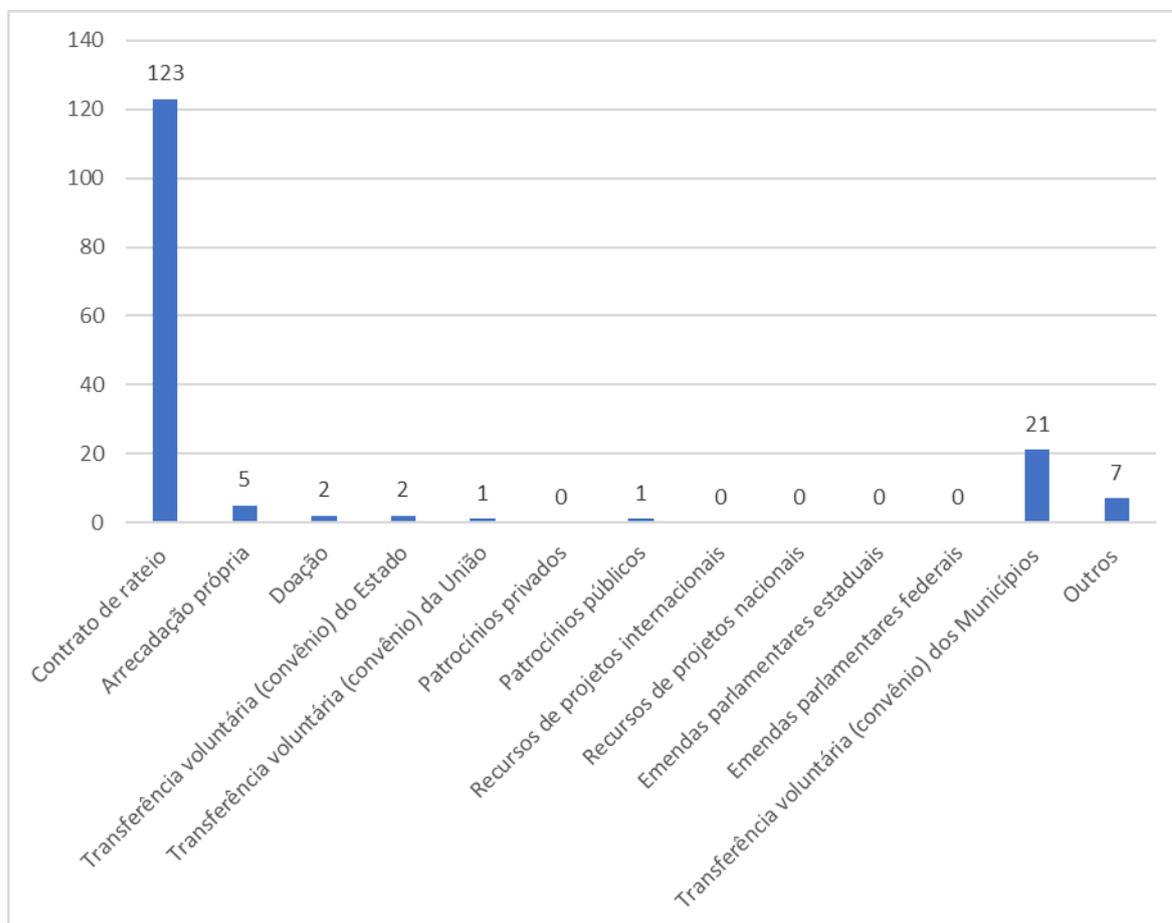
Novamente neste item se ofertou alternativas não excludentes, de modo que os **318** consórcios que retornaram a pesquisa podem ter optado por mais de uma alternativa.

Gráfico 27 – Forma de financiamento



Dos **318** consórcios que retornaram a pesquisa nesse aspecto, **162** indicaram apenas uma das alternativas de financiamento, as quais são especificadas no **gráfico 28**.

Gráfico 28 – Consórcios que indicaram apenas uma forma de financiamento



7 CONCLUSÕES

A pesquisa contribuiu para comprovar a expressividade dos consórcios públicos, confirmando-os como uma alternativa efetiva de gestão de competências comuns e relevante estratégia para o desenvolvimento integrado do país.

Não obstante as dificuldades e as limitações encontradas no caminho percorrido para alcançar essa base de dados, é possível concluir que a CNM logrou êxito no objetivo de identificar quantos consórcios públicos existem no Brasil no período considerado e quais são as suas informações básicas.

Esses achados representam importância ímpar, pois contribuirão para subsidiar a posterior estruturação de uma plataforma *on-line* onde se pretende reunir informações, mediante constante atualização, para que seja possível refinar outros estudos focais.

Além disso, o trabalho desenvolvido pela Entidade supre uma lacuna, já que não há atualmente uma fonte que reúna informações detalhadas e atualizadas a respeito de consórcios públicos.

Acredita-se que acompanhar o comportamento da constituição e da manutenção de consórcios públicos, bem como identificar suas áreas de atuação, dentre outras particularidades, é essencial para o planejamento e o direcionamento de recursos, programas e políticas públicas estruturadas no âmbito federal e estadual, daí porque este esforço mostra-se relevante e com necessária continuidade.